



**ANAIS**  
**III CAFÉ com PESQUISA**  
Unisulma

**20 a 24 de Setembro de 2021**  
**Imperatriz - MA**

© 2021 Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão - Unisulma

**PRESIDÊNCIA DA MANTENEDORA**

José Lauro de Castro Moura

**DIREÇÃO GERAL**

Joane Gláucia Silva de Almeida e Almeida

**VICE-DIREÇÃO GERAL**

Tânia De Jesus Araújo de Almeida

**DIREÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA**

Xermona Milhomem Costa Silva

**DIREÇÃO ACADÊMICA**

Antonio Alves Ferreira

**SUPERVISÃO DE EXTENSÃO E INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

Daniel Coutinho dos Santos

**COMISSÃO ORGANIZADORA**

Clóvis Marques Dias Júnior  
Francisco Dimitre Rodrigo Pereira Santos  
Lourival Ribeiro Chaves Júnior  
Lanna Hellen Lima Rocha  
Telma Melo da Silva

Etiane Maciel de Oliveira Paes  
Lidianne Kelly Nascimento R. de Aguiar Lopes  
Marcia Guelma Santos Belfort  
Shirley Cunha Feuerstein  
Wanderson Wendel Noronha Lô

**COMISSÃO CIENTÍFICA**

Alessandro Oliveira Silva  
Francisco Dimitre Rodrigo Pereira Santos  
Josiano César de Sousa  
Lidianne Kelly Nascimento R. de Aguiar Lopes  
Márcia da Cruz Girardi  
Mauriane Maciel da Silva  
Pedro Augusto Marrafa  
Saulo Sacramento Meira  
Telma Melo da Silva  
Victor Hugo Silva Teixeira

Ana Delourdes Macedo Lima  
Gabriela Alves Ferreira Rampim  
Lázaro Castro Silva Nascimento  
Luciana da Luz Rodrigues  
Marciene de Sousa Cavalcante Costa  
Michelle Corrêa Moucherek  
Raylson Marcelo Fernandes de Lima  
Siloah Jesseni Gomes Alves  
Thamyres Freitas Fernandes

EQUIPE TÉCNICA  
Beatriz Carneiro Alencar  
Etiane Maciel de Oliveira Paes  
Lanna Hellen Lima Rocha

BIBLIOTECÁRIA  
Adélia Solange Diniz

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Unisulma

Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão

Anais III café com pesquisa da Unisulma. 20 a 24 de setembro de 2021. Imperatriz:  
Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão, Imperatriz, 2021.

Disponível em:

ISSN2594-9098

1 Pesquisa científica. 2 Iniciação científica. 3. Produção acadêmica

CDU 001.42  
U58

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução, a transmissão total ou parcial por qualquer forma e/ou qualquer meio (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação e distribuição na web), ou o arquivamento em qualquer sistema de banco de dados sem a permissão da Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão - Unisulma.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE DA JURISDIÇÃO E OS VIESES COGNITIVOS DO JULGADOR.....	7
O DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL DE PESSOAS COM TEA NA JURISPRUDÊNCIA CÍVEL DO TJRJ.....	9
AMBIENTES ALIMENTARES FORA DO DOMICÍLIO: Parâmetros Influenciadores.....	11
O SERVIÇO DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (CAPS-AD) PARA A REABILITAÇÃO DO USUÁRIO.....	13
AS REDES SOCIAIS COMO MEIO DE CONQUISTAS DE DIREITOS PARA A COMUNIDADE LGBTQIA+ EM IMPERATRIZ DO MARANHÃO.....	15
AVALIAÇÃO DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	17
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA GRUPO DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS DA DOR.....	19
A OSTEOMIELITE E A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO.....	21
OS IMPACTOS DO ECOSISTEMA NA INOVAÇÃO SOCIAL: Uma Revisão De Literatura Narrativa.....	23
UTILIZAÇÃO DE PEELINGS NO PERÍODO GESTACIONAL: UMA QUESTÃO DE BIOÉTICA.....	25
COTIDIANOS CIENTÍFICOS: ROTINAS DA LINHA DE PESQUISA “DIREITO, PODER E VIOLÊNCIA”, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	27
A COMERCIALIZAÇÃO DOS DIREITOS DA PRIVACIDADE: breves apontamentos acerca da Lei Geral de Proteção de Dados frente a Teoria dos Círculos Concêntricos.....	29
IMPACTOS DA ALIMENTAÇÃO NA POPULAÇÃO BRASILEIRA DURANTE A PANDEMIA.....	31
CARACTERIZAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR DE ADULTOS BRASILEIROS.....	33
CORRELAÇÃO ENTRE A CAPACIDADE FUNCIONAL E RISCO DE QUEDAS EM IDOSOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	35
INSEGURANÇA ALIMENTAR COMO CONSEQUÊNCIA DA PANDEMIA NO BRASIL.....	37
CAFEÍNA COMO UM AGENTE PSICOESTIMULANTE NA VIDA ESTUDANTIL.....	39
CONCEPÇÃO DOS CONSUMIDORES SOBRE AS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS DO AMBIENTE DE COMERCIALIZAÇÃO DE PANELADA EM IMPERATRIZ-MA.....	41
A ADI 4275 E A EXCLUSÃO DA CRIANÇA TRANSEXUAL.....	43
APERFEIÇOAMENTO DA APRENDIZAGEM E PESQUISA UNIVERSITÁRIA ATRAVÉS DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA DA SAÚDE – Relato de Experiência.....	50
ANÁLISE BIOÉTICA DA EXPOSIÇÃO DE IMAGEM EM REDES SOCIAIS DOS PACIENTES SUBMETIDOS A PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS.....	52
AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM NOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (CAPS-AD).....	54
SAÚDE VOCAL DE PROFESSORES: FATORES ASSOCIADOS A DISTÚRBIOS E CONDUTA RECOMENDADA.....	56
DESIGUALDADE SOCIAL E SISTEMA TRIBUTÁRIO: A CAPACIDADE CONTRIBUTIVA COMO UM CAMINHO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA.....	58

AVALIAÇÃO DO TEOR DE SÓDIO INDICADO NO RÓTULO DE MACARRÕES INSTANTÂNEOS SABOR GALINHA.....	60
O PERFIL DIGITAL DOS ESTUDANTES DO 5º PERÍODO NOTURNO DO CURSO DE DIREITO DA UNISULMA .....	62
O TRABALHO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR E AS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE.....	65
O EFEITO DO PILATES NA QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS: REVISÃO DE LITERATURA.....	67
TOXICIDADE DOS PARABENOS ENCONTRADOS EM COSMÉTICOS UTILIZADOS PELOS ADOLESCENTES .	68
CARACTERÍSTICAS DO CONSUMO ALIMENTAR DE DOCENTES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	70
“EU MORRO OU EU VIVO, RESPIREI FUNDO E DECIDI VIVER”: RELATOS DE MULHERES FRENTE AO DIAGNÓSTICO POSITIVO PARA HIV/AIDS .....	71
MICROAGULHAMENTO CAPILAR E OS CUIDADOS COM A BIOSSEGURANÇA .....	73
ANÁLISE BIOÉTICA DA EXPOSIÇÃO DE IMAGEM EM REDES SOCIAIS DOS PACIENTES SUBMETIDOS A PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS.....	75
CÂNCER DE COLO DE ÚTERO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: ADMISSÃO, TEMPO DE INTERNAÇÃO E DESFECHO.....	77
A INFLUÊNCIA DO SOLO E DO CICLO DA CULTIVAR NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO DO SORGO GRANÍFERO PARA O MUNICÍPIO DE ARAGUATINS - TO .....	78
O TRABALHO INFANTIL COMO PRECURSOR DO TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO.....	80
A RELEVÂNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO EM IDOSOS SARCOPÊNICOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	82
O TRIBUTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL .....	84
POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO EM SAUDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE AREZ - RN .....	86

## APRESENTAÇÃO

O Café com Pesquisa é um evento promovido pelo Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão-IESMA/Unisulma, visando a disseminação de conhecimento e consolidação da pesquisa científica na região Sul do Maranhão.

Em sua terceira edição, o evento científico retorna com um viés interdisciplinar, que tem sido a “personalidade” institucional da Unisulma. Torna-se, assim, não apenas um momento de interlocução acadêmica dentro da instituição proponente, mas um momento de diálogo entre instituições de ensino superior na região tocantina.

Os respectivos Anais não apenas contam com trabalhos das principais universidades e faculdades da região, mas com uma amplitude temática cada vez mais extensa, com publicações que vão desde as ciências sociais e humanas até as ciências da vida e saúde. Participação de discentes e docentes, de todos os níveis de ensino, graduandos, graduados, especialistas, mestres e doutores.

Este evento acadêmico não seria possível sem a comprometida e eficiente atuação da Direção Geral, Direção Acadêmica, Direção Administrativa e Financeira e suporte do Assessoria de Comunicação da Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão-UNISULMA.

Desejamos a todos uma enriquecedora experiência de leitura dos resumos aqui presentes. Que os textos sirvam de inspiração para o desenvolvimento da ciência não apenas em terras maranhenses, mas em todo território nacional.

Prof. Me. Denisson Gonçalves Chaves

## PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE DA JURISDIÇÃO E OS VIESES COGNITIVOS DO JULGADOR

Kelly Cavalcanti Conor SILVA<sup>1</sup>  
Clóvis Marques Dias JÚNIOR<sup>2</sup>  
Morgana Barros da SILVA<sup>3</sup>

### RESUMO

**Introdução:** O princípio da imparcialidade consiste no julgamento justo e não tendencioso do juiz, devendo este agir de maneira imparcial, sendo esta, nota essencial à jurisdição e uma garantia da aplicação da justiça. Contudo a psicologia nos ensina que o comportamento cognitivo pode provocar a possibilidade de ilusões cognitivas, levando muitas vezes, ainda que de forma inconsciente, ao enviesamento da decisão de um juiz, haja vista que, como permeia a psicologia comportamental cognitiva, o cérebro humano funciona como limitado processador de informações, não sendo capaz de gerir com sucesso todas as informações e estímulos que cruzam seu limiar de percepção. Desta forma esse trabalho tem a seguinte problemática, é possível que um juiz seja imparcial ao ponto de decidir levando em conta apenas o ordenamento jurídico? **Objetivo:** Neste sentido o presente trabalho objetiva trazer à tona este debate, colocando em pauta pontos significativos para demonstrar a atuação do cognitivo em situações de decisões judiciais. **Materiais e Métodos:** Para elaboração deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, como forma de responder a essa pergunta. **Resultados:** Experimentos têm demonstrado que as decisões dos juízes podem estar sujeitas às circunstâncias externas aos elementos jurídicos propriamente dito, além das interferências de pré-convicções, estereótipos, preconceitos e ideologias, que não obstante leva o julgador a uma ilusão cognitiva, haja vista que há várias formas de se processar uma informação, denominadas como regras ou vieses cognitivos, capazes de afetar o raciocínio lógico-abstrato, de forma previsível em circunstâncias particulares, e de provocar erros sistemáticos na opinião das pessoas, podendo afetar a qualquer ser humano, desta forma, vários são os vieses de cognição que podem afetar o julgador, que acabam exercendo direcionamento sobre seu entendimento, e infelizmente

<sup>1</sup> Me. Kelly Cavalcanti Conor Silva. Bacharel em Direito (UNISULMA). Mestre em Ciência Animal (UFPA/Embrapa/UFRA); *E-mail:* kellyconor@hotmail.com.

<sup>2</sup> Prof. Me. Clóvis Marques Dias Júnior. Mestre em Formação Docente em Práticas Educativas (UFMA). Doutorando em Direito (UniCEUB). Professor da Unisulma/IESMA.

<sup>3</sup> Morgana Barros da Silva. Pós Graduada em Direito Processual Civil pela Faculdade Única de Ipatinga. Graduada em Direito pela Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA). Advogada. Membro do Grupo de Estudos Sistemas de Justiça, Neoprocessualismo e Direitos Humanos.

nosso ordenamento jurídico vigente não tem sido favorável ao cumprimento da imparcialidade subjetiva, pois acabam fomentando a imparcialidade através do uso métodos processuais que atuam no cognitivos dos julgadores, fazendo com que o juiz se torne tendencioso, não de forma consciente, mas através de ilusões cognitivas, que acabam acometendo os julgadores de forma inconsciente, pela influência de fatores externos relacionados à subjetividade do julgador. **Conclusão:** Desta forma, faz-se necessário a busca por alternativas que visem eliminar a quebra inconsciente da imparcialidade dos julgadores por enviesamento psíquico-cognitivo, para que seja resguardado o princípio da imparcialidade, não ignorando que é impossível eliminar integralmente a ideologia dos intérpretes nos sistemas de direito processual vigentes, vez que a ideologia é inevitável a todos pelo simples fato de sermos cidadãos históricos situados e datados no mundo.

**Palavras-chave:** Princípio da imparcialidade; comportamento cognitivo; decisões judiciais

#### REFERÊNCIAS

COSTA, Eduardo José da Fonseca. **LEVANDO A IMPARCIALIDADE A SÉRIO: proposta de um modelo interseccional entre direito processual, economia e psicologia.** 2016. 187 f. Tese (Doutorado em Direito Processual Civil) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP), São Paulo.

NUNES, Dierlene; SILVA, Natanael L. Santos; PEDRON, Flávio Quinaud. **DESCONFIANDO DA IMPARCIALIDADE DOS SUJEITOS PROCESSUAIS: um estudo sobre os vieses cognitivos, a mitigação de seus efeitos e o debiasing.** 2<sup>a</sup> ed. UFMG: JusPODIVIM; 2020.

LORDELO, João Paulo. Vieses Implícitos e Técnicas de Automação Decisória: Riscos e Benefícios. **Ver. Annep de Direito Processual**, v. 1, n. 2, p. 136-154, jul - Dez. 2020.

## O DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL DE PESSOAS COM TEA NA JURISPRUDÊNCIA CÍVEL DO TJRJ

Andréia Rêgo Lorosa Lima de ALMEIDA<sup>1</sup>

### RESUMO

**Introdução:** Este trabalho insere-se no campo de estudo da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nos estudos relacionados à formação docente para a diversidade, Margarete Terezinha de Andrade Costa (2018, p. 10) nos adverte “que diversidade diz respeito à variedade, pluralidade e diferença”. Tomando por referência a lição de Costa (2018, p. 106) no sentido de que “a Educação Especial, para ser inclusiva, deve acontecer dentro da escola regular” este trabalho resulta de pesquisa exploratória realizada na página de pesquisa de jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, visando responder ao seguinte problema de pesquisa: Como o direito à educação infantil de pessoas com transtorno de espectro autista é examinado na jurisprudência cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no período de 2012 até julho de 2021? **Objetivo:** Analisar o direito à educação infantil de pessoas com transtorno de espectro autista na jurisprudência cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no período de 2012 até julho de 2021. **Materiais e Métodos:** A perspectiva interdisciplinar deste trabalho busca exatamente proporcionar aos profissionais da educação e às pessoas que tenham interesses relacionados ao direito à educação infantil de pessoas com transtorno de espectro autista uma linguagem decodificada, ou seja, compreensível por todos. No que se refere à pesquisa documental, a coleta de dados foi realizada pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, utilizando-se o espaço público reservado à pesquisa de jurisprudência. Foram utilizados os seguintes descritores: autismo ou autista e “educação infantil”. Foi utilizado o ano de 2012 como marco temporal inicial. Considerou-se, para sua fixação, ter sido o ano da promulgação da Lei nº 12.764, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, ainda que esta tenha ocorrido apenas no dia 27 de dezembro. O marco temporal fixado foi o ano de 2021, tendo o mês de julho como marco final. **Resultados:** A partir dos dados coletados são apresentadas as principais questões examinadas no Poder Judiciário fluminense, a saber: “direito a professor mediador” (9 casos), “direito à matrícula” (1 caso), “direito à renovação de matrícula” (1

<sup>1</sup> Especialista em Direito Civil e Processual Civil (UCAM). Bacharel em Direito (UNESA). Formação Pedagógica em Pedagogia (INTERVALE). Pós-graduanda em Atendimento Escolar Especializado em Educação Especial e Inclusão (INTERVALE). E-mail: andreiaregolorosolimadealmeida@gmail.com CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7831422958393286>

caso), direito à sala de recursos especiais (1 caso), e, por fim, “bloqueio de verba pública para custear mensalidade em escola de aluno com TEA” (1 caso). A pesquisa demonstrou, a partir dos dados coletados, as principais questões examinadas no Poder Judiciário fluminense, relacionados ao direito à educação de pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Conclusão:** Conclui-se que o direito ao profissional de apoio escolar, chamado popularmente de mediador ou professor mediador, é a principal demanda submetida ao Poder Judiciário Estadual. O direito à matrícula decorre do próprio direito à educação, assegurado constitucionalmente. A renovação da matrícula de aluno com TEA também não pode ser negada, exceto na hipótese de ocorrência de inadimplemento, nos termos da Lei nº 9.870/1999. O resultado da pesquisa sugere novas inquietações, especialmente no sentido de investigar se as instituições de ensino promoveram a instalação de sala de recursos multifuncionais para promoção do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista; Direito à Educação; Formação docente para a diversidade.

#### REFERÊNCIAS

COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. **Formação docente para a diversidade**. 2 ed. Curitiba: IESDE, 2018.

SANTOS, Wederson Rufino dos. Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 501-519, set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/SDWpCmFGWGn69qtRhdqqGSy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 3 ago. 2021.

VASCONCELLOS, Isabela Meirelles Martins; DUTRA, Flávia Barbosa da Silva. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. In: **Anais do V Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão (V CEDUCE)**. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/ceduce/2018/TRABALHO\\_EV111\\_MD1\\_SA10\\_ID1480\\_28\\_052018191140.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/ceduce/2018/TRABALHO_EV111_MD1_SA10_ID1480_28_052018191140.pdf). Acesso em 29 jul. 2021.

## AMBIENTES ALIMENTARES FORA DO DOMICÍLIO: Parâmetros Influenciadores

Maria Eduarda Silva CARVALHO<sup>1</sup>  
Marcos da Silva BRITO<sup>5</sup>  
Sebastiana Lúcia Belinassi FERNANDES<sup>5</sup>  
Suellen Alves AZEVEDO<sup>2</sup>  
Telma Melo da SILVA<sup>3</sup>

### Resumo

**Introdução:** o ambiente alimentar é o cenário onde as escolhas alimentares são proporcionadas e efetivadas, esse local pode ser um restaurante, lanchonete, e até mesmo uma escola ou faculdade, onde à acessibilidade, disponibilidade, qualidade, variedade e custos dos alimentos, pode influenciar nas práticas alimentares saudáveis dos indivíduos. Com a correria do dia a dia principalmente por causa do trabalho e de outros compromissos, muitos profissionais escolhem comer fora de casa (SANCHES; SALAY, 2011).

**Objetivo:** Descrever os parâmetros influenciadores nas escolhas do ambiente alimentar fora do domicílio.

**Materiais e Métodos:** A pesquisa baseia-se numa revisão de literatura, feita por meio de artigos, encontrados no site do SciELO, por meio dos descritores: ambientes, cuidados, aspectos e alimentos.

**Resultados:** Os consumidores tendem a escolher o ambiente alimentar sob quatro perspectivas. A primeira é sobre o Ambiente Físico que compreende o aspecto macroambiente alimentar associado a densidade, localização estratégica e proximidades da região, além do aspecto microambiente, que são observados aspectos internos ao estabelecimento como disponibilidade de alimentos, variedade, qualidade, preço, distribuição e promoção/propaganda. O segundo é o aspecto Econômico, onde o custo da alimentação depende de como é feita e quais ingredientes são utilizados, sendo que os alimentos ricos em calorias, carboidratos e gorduras possuem um valor econômico mais baixo. O terceiro é o aspecto Político que está relacionado as políticas governamentais. E por último o aspecto Sociocultural (normas e comportamento). Estas perspectivas propiciam oportunidades e condições que afetam a salubridade da alimentação e o estado nutricional dos indivíduos e da comunidade (GLANZ et al, 2011; KUMANYIKA S, 2013). Outros aspectos importantes e que devem ser observados na escolha do ambiente alimentar são a

---

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Nutrição da IESMA/Unisulma; E-mail: mescd101@gmail.com;

<sup>2</sup> Docente do Curso de Nutrição da IESMA/Unisulma; Vice Líder do Grupo de Pesquisa em Saúde Coletiva; E-mail: suelbio@gmail.com

<sup>3</sup> Docente do Curso de Nutrição da IESMA/Unisulma; Líder do Grupo de Estudos em Educação, Saúde e Sustentabilidade; E-mail: telmamelos22@gmail.com

disponibilidade de comidas saudáveis e da qualidade higiênico-sanitária do local, sendo este último um fator que, caso não seja gerenciado e controlado, é responsável por desencadear contaminações e afetar a segurança dos alimentos fazendo com que os indivíduos estejam expostos a doenças relacionadas má alimentação e outros problemas de saúde (SOUZA, 2006). As condições higiênico-sanitárias é um importante critério na hora de escolher um lugar para comer, pois evita principalmente a contaminação dos alimentos seja pela conduta irregular dos manipuladores, má higienização do ambiente e materiais, presença de vetores e pragas, má qualidade da água e falta de atendimento as legislações por parte do estabelecimento) o que representa um dos maiores problemas de saúde no mundo atual, sendo a qualidade higiênico-sanitária um fator de segurança alimentar (MARINS, 2014). **Conclusão:** De acordo com a pesquisa a escolha do ambiente alimentar está condicionada a um ou mais aspectos físicos, econômicos, políticos e socio-cultural, importantes para ajudar a escolher um ambiente alimentar adequado, confortável, bem localizado e principalmente de acordo <sup>1</sup> com as preferências e necessidades do indivíduo.

**Palavras-chave:** Alimentação; Comunidade; Parâmetros; Saúde

#### REFERÊNCIAS

KUMANYIKA S. INFORMAS (International Net - work for Food and Obesity/non- communicable diseases Research, Monitoring and Action Support): summary and future directions. *Obes. Rev*, 14 Suppl 1:157-64, 2013.

SANCHES, Michele; SALAY, Elisabete. Alimentação fora do domicílio de consumidores do município de Campinas, São Paulo v.24, n.120, p:22-8, 2011.

SOUZA, Luis Henrique L. A manipulação inadequada dos alimentos: fator de contaminação. *Revista Higiene Alimentar*, v.20, n.116, p:32-9, 2006.

## O SERVIÇO DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (CAPS-AD) PARA A REABILITAÇÃO DO USUÁRIO

Luysa dos Santos SANCHES<sup>1</sup>  
Jesana Valle Moreira de SÁ<sup>8</sup>  
Wiliane Freire PINHEIRO<sup>8</sup>  
Ana Caroline Pereira BEZERRA<sup>8</sup>  
Danila dos Santos de OLIVEIRA<sup>2</sup>  
Lilian Natália Ferreira de LIMA<sup>3</sup>

### RESUMO

**Introdução:** A Reforma Psiquiátrica Brasileira contribuiu na transformação de saberes e práticas em relação ao transtorno mental, visto que substituiu o modelo hospitalocêntrico de atendimento por um modelo mais humanizado através de uma assistência multiprofissional privilegiando o cuidado humanizado e individualizado, pois teve como meta a Reestruturação da Assistência Psiquiátrica dentro dos Sistemas Locais de Saúde (GUEDES, Ariana da Cruz, et al., 2010), e além disso, colaborou para a criação da Lei Nº 10.216/2001 e a Portaria GM/MS nº 3.088/2011, uma vez que apresenta os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAP), respectivamente. Dessa maneira, com a reconstrução da assistência psiquiátrica e através das políticas públicas tornou-se possível a estruturação e expansão de atendimentos fora do ambiente hospitalar voltados para os pacientes portadores de transtorno mental, dos quais surgem os Centros de Atenção Psicossocial- Álcool e outras Drogas (CAPS-AD) que se constituem em serviços estratégicos para o atendimento ao paciente com problemas decorrentes do consumo de álcool e outras drogas para a redução de danos e reabilitação social, segundo os regulamentados da portaria do nº. 336/2002. **Objetivo:** Apresentar a importância do serviço dos Centros de Atenção Psicossocial- Álcool e outras Drogas (CAPS-AD) para a reabilitação do usuário de álcool e drogas. **Materiais e Métodos:** A metodologia utilizada foi a revisão de literatura do tipo exploratória, com abordagem qualitativa, bibliográfica com a utilização de artigos encontrados nas plataformas relevantes, tais como Scielo, LILACS e Pubmed no período de 2010 a 2020. **Resultados:** Os Centros de Atenção Psicossocial – Álcool e outras Drogas (CAPS-AD) ofertam assistência no Sistema Único de Saúde (SUS) para as pessoas com transtornos decorrentes do uso de álcool e

<sup>1</sup> Discente; Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS; E-mail: luysasanches@gmail.com.

<sup>2</sup> Discente; Faculdade Carajás.

<sup>3</sup> Docente e mestre em ensino de ciências ambientais UFPA/UNITINS

drogas, pois segundo o estudo de Machado, et al (2020) afirma que o atendimento do CAPS-AD deve ser pautado na redução de danos, o cuidado, a construção de vínculos sociais, a cidadania, a autonomia, atividades terapêuticas, cuidado à família, promoção da reabilitação psicossocial e reinserção social dos usuários, visto que são eixos fundamentais para a atenção integral, uma vez que é um espaço de criatividade e construção de vida, já que ao invés de excluir, medicalizar e disciplinar, acolhe, acompanha e realiza o tratamento. Sendo assim, de acordo com o estudo de Sanches e Vecchia (2020) apresenta o conceito de reabilitação psicossocial, pois refere-se a um processo de reconstrução, exercício da cidadania e reabilitar nos âmbitos familiar, social e do trabalho, e além do mais, evidencia também sobre a reinserção social que estar de acordo com um processo individual, que é uma construção de equilíbrio nos diversos âmbitos da vida do usuário, e coletivo, que contribui na ampliação das possibilidades de atenção, cuidado e construção de novos projetos de vida, já que o serviço do CAPS-AD deve disponibilizar uma assistência integral para a reabilitação do usuário. **Conclusão:** Portanto, verifica-se que as atividades desenvolvidas pela equipe multiprofissional dos Centros de Atenção Psicossocial- Álcool e outras Drogas (CAPS-AD) são de suma importância, uma vez que contribui para a redução de danos, reabilitação psicossocial e reinserção social do usuário de droga e álcool.

**Palavras-chave:** Assistência Multiprofissional; CAPS-AD; Reabilitação do usuário

#### REFERÊNCIA

GUEDES, Ariana da Cruz et al. A mudança nas práticas em saúde mental e a desinstitucionalização: uma revisão integrativa. **Rev. Eletr. Enf. [Internet]**, 2010;12(3):547-53. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fen/article/view/8198/7875>>. Acessado em: 01 Set. 2021.

MACHADO, Ana Regina; MODENA. Celina Maria; LUZ, Zélia Maria Profeta. Das proposições da política às práticas dos serviços: há novidades nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas?. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30(1), e300118, 2020. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/physis/a/PdsGKPNhYyXRY4Jhdx7KV8v/?lang=pt>>. Acessado em: 01 Set. 2021.

SANCHES, Laís Ramos; VECCHIA, Dalla Vecchia. Reabilitação psicossocial e inclusão social de pessoas com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas: impasses e desafios. **Interface (Botucatu)**, 2020;24:e200239. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/89XMg9gRpcyM4s3G9ddrkWk/?lang=pt&format=pdf>>. Acessado em: 02 Set. 2021.

## AS REDES SOCIAIS COMO MEIO DE CONQUISTAS DE DIREITOS PARA A COMUNIDADE LGBTQIA+ EM IMPERATRIZ DO MARANHÃO

Igo Teixeira Morais da LUZ<sup>1</sup>

Ediana di Francco Matos as Silva SANTOS<sup>2</sup>

Luciana Donato PRIMO<sup>3</sup>

### RESUMO

**Introdução:** Ao decorrer da história da humanidade, a sociedade continua adotando instrumentos normativos que não abarcam direitos para pessoas que se mostram diferentes da heteronormatividade. Os padrões sociais e culturais foram e são repassados de geração e geração, a qual o “diferente” é trazido com aberração, abominável, estranho e como algo errado. Esse meio de educação eleva o preconceito e a discriminação, atingindo não apenas a comunidade que se encontra a margem da sociedade menosprezadas pela sua orientação sexual ou identidade de gênero diferente do padrão social, mas a todos. Com o decorrer do tempo, a chegada das redes sociais, passou-se de apenas uma rede de relacionamento, sendo consideradas parte da sociedade, podendo mudar opiniões políticas e sociais. As redes sociais são palco de grandes manifestações e mobilização. Casos de mudança nas decisões tomadas pelo governo, abaixo assinado entre outros. **Objetivo:** Deste modo, o presente resumo tem como objetivo verificar como as redes sociais digitais interferem nos meios de conquista dos direitos e garantias fundamentais da comunidade LGBTQIA+ em Imperatriz do Maranhão. **Materiais e Métodos:** A pesquisa foi realizada por meios de buscas em sites, artigos publicados em periódicos e publicações de jornais e revistas digitais, bancos de dissertações e teses voltadas para o assunto, utilizando as plataformas como Google Acadêmico e SciELO. **Resultados:** O atual cenário social enfatiza de forma clara a força que as redes sociais digitais ganharam nas últimas décadas. É indiscutível dizer que essas redes fazem parte do cotidiano de quase todo cidadão Imperatrizense e não seria diferente com a comunidade LGBTQIA+, que vem crescendo e ganhando cada vez mais espaço com tais mídias. A cultura Imperatrizense defronta-se com intensas modificações advindas do conjunto de ideias e práticas sociais que integram o cotidiano da população local, sendo assim um processo contínuo de transformação de identidades. **Conclusão:** Portanto, ser parte da comunidade LGBTQIA+ por bastante tempo

<sup>1</sup> Pós-graduado em Direito Penal e Processo Penal; Pós-graduando em Direito do Consumidor, Estagiário de Pós-graduação no Ministério Público do Estado do Maranhão; Advogado (licenciado); Bacharel em Direito (UNISULMA). Email: igotmdl@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Função Social do Direito (FADISP). Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional (UNITAU). Especialista em Didática Universitária (FAMA). Bacharel em Direito (CESUPA). Email: ediana.santos@unisulma.edu.br

<sup>3</sup> Acadêmica de Direito, 8º Período (UNISULMA). Email: luci.dprimo@gmail.com

foi sinônimo de vergonha e medo, sendo erroneamente aludir que atualmente nos deparamos com um cenário inverso, mas é nítido as novas conquistas que o movimento vem recebendo. Para tal, podemos considerar o fator cultural como um dos principais pilares de apoio para a liberdade de expressão outrora tão oprimida.

**Palavras-chave:** Comunidade; Cultura; LGBTQIA+.

#### REFERÊNCIAS

BARROS, Arthur de Alvarenga; CARMO, Michelle Fernanda Alves do; SILVA, Rafaela Luiza da. **A influência das redes sociais e seu papel na sociedade.** In: Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre.2012.

CASTELLS, Manuel et al. **A sociedade em rede: do conhecimento à política.** A sociedade em rede: do conhecimento à ação política, p. 17-30, 2005.

FRASÃO, Geovana Carvalho; CARDOSO, Letícia Conceição Martins. **Interfaces entre mídia e cultura em Imperatriz-MA: a produção noticiosa do Jornal O Progresso.**

## AVALIAÇÃO DAS FUNÇÕES EXECUTIVAS EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Raquel de Sousa NEPOMUCENO<sup>1</sup>  
Síría Alcantara da SILVA<sup>2</sup>  
Silvana Ferreira de Sousa ALVES<sup>3</sup>

### RESUMO

**Introdução:** O Transtorno do Espectro do Autismo – TEA, afeta o neurodesenvolvimento, sendo marcado por *déficits* que ocasionam prejuízos na interação social e uso da imaginação, comprometendo o funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional e ainda prejuízos cognitivos. As Funções Executivas no Autismo demonstram um prejuízo significativo, por esse motivo a neuropsicologia se torna relevante, tendo em vista que auxilia na explicação dos comportamentos. Podendo ainda delinear as práticas e intervenções adequadas.

**Objetivo:** Verificar como a neuropsicologia pode contribuir, enquanto ferramenta de avaliação e para o tratamento do TEA, com foco nas funções executivas e apresentar os instrumentos mais utilizados para a avaliação neuropsicológica do TEA. **Materiais e Métodos:** A referida pesquisa ocorreu por meio de revisão de literatura. Foi de caráter qualitativo, uma vez que buscou a compreensão dos fenômenos referente a Avaliação Neuropsicológica em crianças com TEA e ocorreu por meio da coleta do material em livros, sites como SciELO, PubMed. Utilizou-se da Língua Portuguesa e Inglesa, nos anos que compreendem o período de 2005 a 2018. Para o mecanismo de buscas foram utilizados descritores isolados e combinados de “Transtorno do Espectro Autista”, “Avaliação Neuropsicológica” e “Função Executiva”. Após as buscas foram realizados leituras e fichamentos e por fim os dados coletados foram analisados e elucidados à luz dos objetivos da pesquisa.

**Resultados:** O presente estudo identificou que existe um considerável número de testes voltados para avaliação das funções executivas de crianças com TEA, dentre os quais selecionamos os que se mostraram mais evidentes de acordo com as bases de dados pesquisadas e no período já apresentado. Os testes levantados foram: Figura complexa de Rey; *Wisconsin Card Sorting Test*; Teste *Stroop*; O Teste de Trilhas A e B (*Trail Making Test*) NEUPSILIN-Infantil e Torre de *Hanói*. Identificou-se por meio dessa pesquisa que os instrumentos apresentam similaridades, mas não são iguais, e que não existe uma testagem padronizada das funções executivas e dos seus subcomponentes. Apresentam ainda instrumentos que possibilitam compreender de forma geral a função executiva. Deste modo, a avaliação das funções executivas não corresponde tão somente

<sup>1</sup> Acadêmica de Psicologia; Unisulma; [raquelnepomuceno65@gmail.com](mailto:raquelnepomuceno65@gmail.com).

<sup>2</sup> Acadêmica de Psicologia; Unisulma. [Síria\\_01@hotmail.com](mailto:Síria_01@hotmail.com).

<sup>3</sup> Psicóloga; PUC-Goiás.

a avaliar as funções executivas, uma vez que acaba por avaliando de forma concomitante, outros processos cognitivos, não sendo possível o isolamento do componente executivo específico. Destaca-se que alguns aspectos referentes à cultura que estão envolvidos no processo de avaliação e podem influenciar o resultado, como por exemplo a relação entre o examinando e o examinado, a comunicação que é adotada, o tempo utilizado para a aplicação dos testes. **Conclusão:** A avaliação permite compreender a criança com TEA, embora esse processo deva ser feito de forma paulatina, compreendendo as diversas nuances comportamentais da criança, bem como a sua história de vida, para assim melhor elaborar um diagnóstico. Desse modo, a Avaliação Neuropsicológica favorece a construção do conhecimento acerca da criança com TEA, de forma que auxilia na constatação ou também pode descartar a suspeita, orientando um melhor caminho para que essa criança possa se desenvolver.

**Palavras-chave:** Avaliação Neuropsicológica; Funções Executivas; Transtorno do Espectro Autista.

#### REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 992 p.

CHAN et al., A.S., Executive function deficits and neural discordance in children with Autism Spectrum Disorders. **Clinical Neurophysiology**, 120, 1107-1115, 2009. Disponível em : < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2856078/>> Acesso em 18 de Abr. de 2019.

KENWORTHY et al, Lauren; Understanding executive control in autism spectrum disorders in the lab and in the real world. **Neuropsychol Rev.** 2008 Dec; 18(4): 320-338. Disponível em : < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2856078/> > Acesso em 18 de Abr. de 2019.

## RELATO DE EXPERIÊNCIA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA GRUPO DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS DA DOR

Gabriella Luzia Sousa Bandeira<sup>1</sup>

Alaiana Marinho Franco<sup>2</sup>

Francisco Dimitri Rodrigo Pereira Santos<sup>18</sup>

Marciene de Souza Cavalcante Costa<sup>18</sup>

Helyangela Bertalha Blascovich<sup>18</sup>

### RESUMO

**Introdução:** A iniciação científica (IC) pode ser entendida através de duas perspectivas dentro do ensino superior. A primeira é o processo de todas as experiências vivenciadas pelo aluno durante sua graduação, que tem como objetivo promover seu envolvimento com a pesquisa e com sua formação científica. Na segunda, a IC é definida como o desenvolvimento de um projeto de pesquisa elaborado e realizado sob orientação de um docente da universidade, executado com ou sem bolsa para os alunos (MASSI, 2015). As atividades de pesquisa nos cursos de graduação representam a melhor forma de levar os estudantes à futura prática científica. Espera-se que parte desses alunos prossigam produzindo conhecimento e tecnologia através de pesquisas próprias após a conclusão do curso. No entanto, a formação de pesquisadores é o objetivo mais claro dos projetos de iniciação científica, mas não é o único (TENÓRIO e BERALDI, 2010). **Objetivo:** Relatar experiência de iniciação científica em um grupo de pesquisa Interdisciplinar Em Estudos Da Dor de uma instituição privada de ensino superior no sul do Maranhão. **Relato de experiência:** O grupo de pesquisa Interdisciplinar Em Estudos Da Dor de uma instituição privada de ensino superior no sul do Maranhão promove o ensino da pesquisa científica aos discentes, através de projetos, publicações de trabalhos científicos em revistas e anais de congressos, participações em eventos e aulas ministradas por professores integrantes do grupo. Isso desperta a vocação de muitos alunos para a ciência e a pesquisa científica. O apoio e a orientação do corpo de docentes do grupo de pesquisa são de suma importância para enriquecer os conhecimentos dos discentes através de aulas sobre análise e tabulação de dados, palestras sobre escrita científica, reuniões que promovem debates e estimulam a construção de senso crítico. A iniciação científica trouxe muitos desafios para muitos integrantes como: não saber sobre escrita científica; dificuldades em ler artigos em outras línguas; fazer análise de dados. Todas essas dificuldades foram diminuídas e a escrita científica foi sendo cada vez mais aprimorada e com isso, muitos

<sup>1</sup> Acadêmica De Enfermagem; Unidade de Ensino Superior do Sul Do Maranhão (UNISULMA/ IESMA); E-mail: [lusiagabi@gmail.com](mailto:lusiagabi@gmail.com)

<sup>2</sup> Fisioterapeutas Docentes; Unidade de ensino Superior Do Sul Do Maranhão (UNISULMA/ IESMA).

alunos descobriram o seu potencial dentro da pesquisa científica e obtiveram uma grande experiência em sua vida acadêmica. **Resultados:** A iniciação científica proporcionou aos discentes muitas conquistas como o aprimoramento de sua escrita em artigos, trabalhos e pesquisas, contribuições para sua vida acadêmica através da realização de projetos, apresentações em congressos, publicações de anais em eventos municipais, estaduais, nacionais e premiações, desenvolvendo um espírito ético e profissional. **Conclusão:** É de suma importância destacar a relevância que a iniciação científica possui dentro da vida acadêmica de muitos discentes, as conquistas e contribuições que ela pode proporcionar no decorrer da graduação e posteriormente na vida profissional. Principalmente após a conclusão do curso, onde muitos alunos decidem seguir carreira na docência ou como pesquisadores e esse engajamento é dado com todo o conhecimento que a IC proporcionou a eles desenvolvendo suas habilidades e sua vocação.

**Palavras-chave:** Conhecimento; Discentes; Ensino; Iniciação Científica; Pesquisa.

#### REFERÊNCIAS

MASSI, L. QUEIROZ, SL. orgs. Iniciação científica: aspectos históricos, organizacionais e formativos da atividade no ensino superior brasileiro. São Paulo: **Editora UNESP**, 2015, 160 p. ISBN 978-85-68334-57-7. Disponível em: < <https://static.scielo.org/scielobooks/s3ny4/pdf/massi-9788568334577.pdf>>. Acesso em: 5 de set. 2021.

TENÓRIO, BERALDI. Iniciação científica no Brasil e nos cursos de medicina. **Rev. Assoc. Med. Bras.** USP, São Paulo. nov. 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ramb/a/XHcPr3whgjNF76CvQKbXJGz/?lang=pt&format=html>> Acesso em: 5 set. 2021.

## A OSTEOMIELITE E A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO

Jesana Valle Moreira de SÁ<sup>1</sup>  
Ana Caroline Pereira BEZERRA<sup>19</sup>  
Luysa dos Santos SANCHES<sup>19</sup>  
Vitória Venâncio da SILVA<sup>19</sup>  
Wiliane Freire PINHEIRO<sup>19</sup>  
Lilian Natália Ferreira de LIMA<sup>2</sup>

### RESUMO

**Introdução:** A osteomielite é uma patologia infecciosa do tecido ósseo, onde pode ter diversos causadores, podendo chegar a um nível de necrose. Ela é acometida mais pelo sexo masculino, com faixa etária de 30 a 59 anos e muitas das vezes moram no interior (TAVARES, 2015). A atuação do Enfermeiro em relação a pacientes com Osteomielite é de suma importância e necessidade, uma vez que se torna necessário o desenvolvimento de ações de enfermagem que garantam resolutividade, conforto e atendimento humanizado objetivando a minimização do sofrimento do paciente e de seus familiares (DÓRIA, 2017). **Objetivo:** O objetivo do estudo é verificar na literatura a importância da intervenção de enfermagem em pacientes com osteomielite. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma revisão de literatura, com abordagem qualitativa, na qual se utilizou artigos disponíveis no Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), em relação a atuação do enfermeiro frente ao paciente com osteomielite. **Resultados:** A expressão osteomielite é aceita em todo o mundo, pois é caracterizada por uma infecção que abrange o osso. Ela é classificada de várias formas, sendo: aguda, subaguda, e crônica, porém se tem alguns critérios, e estes envolvem: o sistema imunológico, o acometimento da extensão óssea, e sua localização, entre outros. O tratamento pode ser realizado com antibióticos ou com métodos cirúrgicos. A utilização do antibiótico pode ser via oral e endovenosa variando de dias a meses, dependendo gravidade da lesão. Os processos cirúrgicos abrangem: inserir drenos ou amputação (VILLA; et. al., 2013). O papel do enfermeiro é essencial para a recuperação do paciente, pois ele irá fazer a administração de medicamentos como analgésicos e sedativos sob prescrição médica, drenagem local e cuidar da higiene. O enfermeiro irá promover cuidados com os ferimentos, tentando reduzir as dores e aliviar a tensão causada pela mesma. Tentar promover um ambiente confortável e tranquilo, orientar o paciente à aceitar a dieta líquida e alimentar, assim, atentando para ferida cirúrgica e sinais de infecção e orientar o paciente sobre a adesão ao

<sup>1</sup> Discentes; Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS; *E-mail:* jesanavalle@gmail.com

<sup>2</sup> Docente; Mestra em Ensino de Ciências Ambientais UFPA-UNITINS.

tratamento, e é necessário que sempre se note os sinais flogísticos enquanto estiver fazendo a limpeza e troca do curativo. Em casos de pacientes que precisaram fazer amputação de algum membro, é importante o apoio emocional dos profissionais presentes, e acompanhamento psicológico, pois o tempo de internação após os procedimentos ou o tratamento, se deve a um enfermeiro que fez um bom plano de cuidado (DÓRIA, 2017).

**Conclusão:** Portanto, a osteomielite é uma doença causada por uma infecção na qual geralmente é acometida nos membros inferiores, mas podendo ocorrer nos membros superiores também, e complicações por fraturas expostas, podendo acarretar a osteomielite crônica. O tratamento é discutível, para alguns casos, porém o enfermeiro tem o papel principal nessa assistência, onde prestará os cuidados adequados e especializado em cada caso, conforme a necessidade do paciente.

**Palavras-chave:** Enfermeiro; Osteomielite; Tratamento.

#### REFERÊNCIA

DÓRIA, Daniela Andrade, et. al. **O papel do enfermeiro no tratamento das osteomielites.** 19ª Semana de Pesquisa da Universidade Tiradentes. ISSN: 1807-2518 Universidade Tiradentes. 2017.

TAVARES, A. P. G. **Osteomielite.** 2015. 42 f. Dissertação (Mestrado em Medicina) - Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Coimbra.

VILLA, Pablo Erick Alves, et.al. **Avaliação clínica de pacientes com osteomielite crônica após fraturas expostas tratados no Hospital de Urgências de Goiânia, Goiás.** Rev Bras Ortop. 2013;48(1):22-28. Goiânia-GO. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbort/a/crjNTPW8QRj9f4xPgm74jDK/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 2 set. 2021.

## OS IMPACTOS DO ECOSISTEMA NA INOVAÇÃO SOCIAL: Uma Revisão De Literatura Narrativa

Jackson Oliveira Santos<sup>1</sup>  
Me. Lourival Ribeiro Chaves<sup>2</sup>

### RESUMO

**Introdução:** Os debates que tem como objetivo entender a inovação social tem ganhado relevante crescimento no meio científico. Nesse sentido, André e Abreu (2006), entendem a inovação social como a inclusão de um grupo de pessoas à sociedade, pessoas essas que por algum motivo não foram alcançadas pelos meios públicos. Ligado a inovação social, surge o conceito de ecossistemas de inovação social, que para Pinheiro *et al* (2021), consiste em um conjunto de softwares que levam em consideração as empresas e sociedade, e adaptam os softwares às necessidades sociais e das empresas no contexto de inovação social.

**Objetivo:** Apresentar o conceito de ecossistema e seus impactos na inovação social. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma revisão de literatura narrativa. **Resultados:** A inovação social, segundo Silva Torlig (2021), passa por diferentes dimensões para ser executada: (a) transformação, que busca entender o contexto que a inovação é desenvolvida na sociedade, pois acredita-se que diferenças econômicas podem acarretar problemas culturais, (b) caráter inovador, discute ideias encontradas pelos atores sociais para controlar o cenário de crise, (c) atores sociais, que são pessoas que trabalham ativamente para desenvolver e gerar ideias para solucionar problemas sociais, e o (d) processo, que segundo o autor analisa as etapas que a inovação social passa para conseguir gerar mudanças na sociedade. O autor afirma ainda que a inovação social surge com o objetivo de dar voz aos que estão na base da pirâmide, fazendo com que as classes menos favorecidas se tornem participantes ativos do desenvolvimento econômico e social. No caso do ecossistema de inovação social, as ideias vão ser geradas e a partir disso poderá ser desenvolvido um software que auxiliará na execução de atividades que tem como objetivo solucionar um problema social. Pinheiro (2021), afirma ainda que um ecossistema promove a interação entre as empresas tornando-as mais interativas e criando mais facilidades para que possam realizar atividades sociais. Atualmente as empresas necessitam de um espírito colaborativo para se tornarem competitiva e a revolução tecnológica tem auxiliado nesse processo,

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Bacharelado em Administração da Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA). E-mail: jacksonoliveirasantos28@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Administração pela Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: lourival.ribeiro7@gmail.com

principalmente por meio de software, o que se denomina o ecossistema de software e tem por objetivo criar um ambiente digital para a organização ou para os agentes, onde os objetivos principais são: tornar o conhecimento acessível, apoiar a cooperação e desenvolver tecnologias abertas e adaptáveis. O autor resume as características de um ecossistema baseado em dois conceitos: (1) agente; que é uma comunidade que integram um ambiente com base em interesses próprios; e (2) tipos de agentes que podem ser; abertura e engajamento. A abertura se refere a um ambiente online transparente onde todos podem se relacionar visando o bem-estar social e o engajamento com outros para obter e compartilhamento de recursos; Balanceamento: refere-se a harmonia, instabilidade e sustentabilidade entre as partes do ecossistema digital, é importante ressaltar que o ecossistema digital só funciona se todas as partes estiverem engajadas em um só propósito caso contrários o ecossistema poderá entrar em colapso. **Conclusão:** Portanto, pode se afirmar que o conceito de um ecossistema de inovação social possui grande importância principalmente para a geração de ideias, pois nele as lideranças são abertas, além disso, Pinheiro (2021), afirma que o ecossistema de inovação social é relevante para (1) promover, apoiar e desenvolver iniciativas bem-sucedidas de inovação social, 2) criar as redes que permitem aos atores se envolver, e 3) compartilhar ideias e inovação, por esse motivo é criada uma plataforma de apoio a essas iniciativas através de um software.

**Palavras-chave:** Inovação social; Ecossistema.

#### REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, v. 41, n. 81, 2006. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1465>. Acesso em: 15/02/2021.

DA SILVA TORLIG, Eloisa Gonçalves et al. Inovação social em extensão universitária: percepção dos atores envolvidos quanto às práticas cocriativas e geração de valor. **REVISTA EIXO**, v. 10, n. 1, p. 94-105, 2021. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/860>. Acesso em: 24/08/2021

PINHEIRO, Mariana Cardoso; DOS SANTOS, Rodrigo Pereira; CHUERI, Luciana De Oliveira Vilanova. **Colaboração Em Ecossistemas** Digitais De Inovação Social, 2021. Disponível em: <https://bsi.uniriotec.br/wp-content/uploads/sites/31/2021/05/202104MarianaPinheiro.pdf>. Acesso em 29/08/2021.

## UTILIZAÇÃO DE PEELINGS NO PERÍODO GESTACIONAL: UMA QUESTÃO DE BIOÉTICA

Amanda dos Santos Silva SAMPAIO<sup>1</sup>

Ana Maria Sousa PEREIRA<sup>2,3</sup>

Lívia Dias SILVA<sup>2,3</sup>

Thalyne Barros e Silva da CRUZ<sup>2,3</sup>

Telma Melo da SILVA<sup>2</sup>

Thamyres Freitas FERNANDES<sup>3</sup>

### RESUMO

**Introdução:** A gravidez é caracterizada por um período no qual ocorre uma série de alterações fisiológicas no corpo feminino, modificando o funcionamento do seu organismo. Tais mudanças acontecem em virtude de alterações mecânicas e do aumento dos níveis dos hormônios progesterona, estrogênio, prolactina e  $\beta$ HCG. Diante dessas alterações o organismo tende a desencadear alterações inestéticas, podendo consequentemente provocar a baixa autoestima da gestante (JERÔNIMO *et al.*, 2019). Neste sentido, procedimentos estéticos são frequentemente procurados para atenuar tais disfunções, sendo muito recorrente o uso de peelings, estes então promovem uma esfoliação devido a remoção de partes da epiderme e/ou derme, havendo em seguida uma regeneração dos tecidos. Compete ao profissional esteticista realizar uma boa avaliação no cliente e estabelecer qual o melhor método e técnica a ser utilizado (ZUCCHI, 2019)

**Objetivo:** Avaliar quais os peeling são permitidos a ser utilizados com segurança no período gravídico para o tratamento de disfunções estéticas que acometem inúmeras gestantes. **Materiais e Métodos:** Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, onde foi realizada uma seleção de artigos nas bases eletrônicas de dados Science Direct, SciELO, google acadêmico e livros relacionados ao tema. Foram utilizados os descritores “gestante”, “peelings”, “bioética”, “ácidos”. **Resultados:** O peeling é sugerido no tratamento de rugas, melanoses, melasma, hiperpigmentação pós-inflamatória, acne, cicatrizes atróficas, estrias, queratose pilar e outros, o mesmo pode ser químico, físico, enzimático ou mecânico, sendo os mais utilizados para o atendimento às gestantes o peeling mecânico, podendo ser de diamante ou de cristal e o químico, que são: ácido azelaico, ácido hialurônico, ácido kójico, alpha arbutin, ácido glicólico, ácido ascórbico, entretanto demais peelings podem ser usados, desde que sua formulação não contenha parabens, formol, óleo mineral

<sup>1</sup> Discentes; Unidade de Ensino Superior Sul do Maranhão; E-mail: amandasampaio753@gmail.com

<sup>2</sup> Docente; Unidade de Ensino Superior Sul do Maranhão;

<sup>3</sup> Docente; Unidade de Ensino Superior Sul do Maranhão.

e demais disruptores endócrinos. Com base nos estudos podemos constatar que pode ser realizada a utilização de peelings no período gravídico, entretanto o profissional responsável pela aplicação precisa ter total conhecimento acerca de determinadas técnicas a ser executadas, os princípios ativos e formulações de produtos que serão manuseados e quais possuem liberação cosmética com embasamento na legislação, tendo em vista que o uso inadequado pode resultar em efeitos indesejados. Para Trivedi (2017) é importante em qualquer profissão a ética para realizar os procedimentos com competência, sempre se manter atualizado com conhecimentos e técnicas relacionadas a sua profissão para atender seus pacientes sabendo respeitar de forma geral e cumprir com suas responsabilidades. Ressaltando que não existem estudos pelo comitê de ética em gestante para não colocar em risco a vida do feto. **Conclusão:** Conclui-se que os peelings físicos, químicos, mecânico e enzimático são recursos bastante utilizados em gestantes para tratar disfunções inestéticas, estes, por sua vez, devem ser utilizados de acordo com as indicações específicas e com comprovação de segurança, assim como o modo, cuidados e restrições de uso. Faz-se preciso uma maior demanda de pesquisa sobre tais assuntos tendo em vista uma grande dificuldade de encontrar assuntos relacionados na literatura.

**Palavras-chave:** Ácidos; Estética para Gestante; Peelings.

#### REFERÊNCIAS

ZUCCHI, Daniel. "Os tipos de peelings e o poder da descamação". Estética in Nordeste/ 3<sup>a</sup> Congresso Internacional Científico Multidisciplinar em Estética, 3<sup>a</sup> Congresso Científico Internacional de Micropigmentação: Editora Triall, São Paulo 2019.

JERÔNIMO, A. C. D. S; JERÔNIMO, D. D. S; CONTI, M. H. S. D. Ocorrência de disfunções dermatológicas em gestantes. **Brazilian Journal of health Review**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 304-314, jan./feb. 2019.

TRIVEDI, Megha. Segurança dos procedimentos cosméticos durante a gravidez e lactação. **Obstetrics & Gynecology**, San Diego, v.129, p. 58S, maio.2017.

## COTIDIANOS CIENTÍFICOS: ROTINAS DA LINHA DE PESQUISA “DIREITO, PODER E VIOLÊNCIA”, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maíla Rocha FEITOSA<sup>1</sup>  
Elane de Moura NASCIMENTO<sup>2</sup>  
Jáina Lopes VIANA<sup>3</sup>  
Jhúlia Beatriz Costa da SILVA<sup>4</sup>  
Mariana Maria PEREIRA<sup>5</sup>  
Antonio Coêlho SOARES JÚNIOR<sup>6</sup>

### RESUMO

**Introdução:** As mulheres enfrentaram intensa oposição para entrar no mundo científico, muitas tiveram seus nomes apagados da História, suas descobertas creditadas a outros nomes, sempre masculinos, outras foram impedidas de chefiarem equipes, mesmo com sobra de competência e saber. A nossa permanência na ciência é, ainda hoje, mantida exigindo altas doses de persistência, pois o cotidiano científico feminino é atravessado por encargos. Dessa forma, observar as rotinas de uma Linha de Pesquisa, integrada apenas por mulheres, torna-se um exercício fundamental, principalmente em contexto pandêmico, em que a produção científica sofreu forte impacto. **Objetivo:** Descrever a rotina de uma linha integrada apenas por mulheres, evidenciar seus desafios e a dinâmica do grupo para lidar com eles, sobretudo em meio à pandemia. **Relato de Experiência:** Este ensaio delinea a experiência destas pesquisadoras na Linha “Direito, Poder e Violência”, do Núcleo de Pesquisas Jurídicas de Imperatriz (NUPEJI/UFMA), com atuação desde 2018, sendo integrada somente por mulheres a partir de 2020, todas acadêmicas de Direito da Universidade Federal do Maranhão. A linha é composta por sete pesquisadoras, com distintas faixas etárias e em momentos de vida

<sup>1</sup> Bacharelada em Direito, pela Universidade Federal do Maranhão; Integrante da Linha “Direito, Poder e Violência”, do Núcleo de Pesquisas Jurídicas de Imperatriz (NUPEJI/UFMA), desde abril de 2018; *E-mail:* mailarochafeitosa@gmail.com

<sup>2</sup> Bacharelada em Direito, pela Universidade Federal do Maranhão; Integrante da Linha “Direito, Poder e Violência”, do Núcleo de Pesquisas Jurídicas de Imperatriz (NUPEJI/UFMA), desde março de 2020; *E-mail:* elane.moura@discente.ufma.br

<sup>3</sup> Bacharelada em Direito, pela Universidade Federal do Maranhão; Integrante da Linha “Direito, Poder e Violência”, do Núcleo de Pesquisas Jurídicas de Imperatriz (NUPEJI/UFMA), desde novembro de 2019. Bacharelada em Serviço Social pelo Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão - IESMA (2009). Assistente Social da Casa da Criança - Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA. Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Pitágoras de Imperatriz; *E-mail:* jaina\_lopes@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Bacharelada em Direito, pela Universidade Federal do Maranhão; Integrante da Linha “Direito, Poder e Violência”, do Núcleo de Pesquisas Jurídicas de Imperatriz (NUPEJI/UFMA), desde maio de 2019; *E-mail:* jhuliabeatrizc@gmail.com

<sup>5</sup> Bacharelada em Direito, pela Universidade Federal do Maranhão; Integrante da Linha “Direito, Poder e Violência”, do Núcleo de Pesquisas Jurídicas de Imperatriz (NUPEJI/UFMA), desde setembro de 2019; *E-mail:* mariana.mariap98@gmail.com

<sup>6</sup> Doutor em Direito pela Università degli Studi Roma Tre. Mestre em Instituições Jurídico-Políticas pela Universidade Federal de Santa Catarina, Pós-Graduado em Direito e Sociedade e Graduado em Direito na mesma instituição. Professor do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão. Professor Adjunto do Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão. **Orientador da Linha “Direito, Poder e Violência” do Núcleo de Pesquisas Jurídicas de Imperatriz (NUPEJI/UFMA);** *E-mail:* antoniocoelhojr@hotmail.com

descontínuos, que apesar das causas diversas experienciam consequências parecidas em suas rotinas científicas, marcadas por desânimo, sobrecarga e improdutividade. Seus desafios perpassam pela maternidade, pela necessidade de conciliar pesquisa e trabalho produtivo, por fatores psicológicos, pelas múltiplas jornadas, pela escassez de bolsas de pesquisa, pelo negacionismo e pela desvalorização da ciência. A pandemia adicionou outros obstáculos, tais como o excesso de atividades característico do ensino remoto, ausência de recursos da Universidade, a orientação à distância - em razão da pandemia e mudança de domicílio do nosso orientador - e a suspensão das atividades do NUPEJI. A pandemia também nos forçou a criar uma estrutura permanente para interação interna e para o contato com pessoas de outras áreas e em outras localidades. Todos esses desafios forjaram a criação de um ambiente de acolhimento, empatia e validação, formando uma rede de apoio sem a qual não seria possível a superação de alguns obstáculos, o que refletiu na melhoria das produções e maior segurança para apresentação em eventos científicos, resultando na maior visibilidade das pesquisadoras, fator importante para a representatividade das mulheres na ciência. **Resultados:** Nota-se o elo estabelecido entre as pesquisadoras para a superação das limitações, produzidas ou não por uma perspectiva de gênero, refletindo nas produções do grupo, minimizando o número de desistências e proporcionando o implemento de uma dinâmica compatível com a nova realidade pandêmica. **Conclusão:** Diante disso, verifica-se que a pandemia forçou ajustes ao “novo normal”, preparando-nos para a dinâmica de uma orientação à distância. A comunicação teve de ser aprimorada, desenvolvendo uma maior assistência, incluindo correções em conjunto, apresentações simuladas, fichamentos em grupo, dentre outras práticas positivas. Os esforços conjuntos são muito eficazes para a produtividade da Linha de Pesquisa, e, sobretudo, para a permanência das pesquisadoras, pois nos é proporcionado a flexibilidade necessária para a não interrupção de nossas rotinas na ciência.

**Palavras-chave:** Ciência; Ensino Remoto; Grupo de Pesquisa; Linha de Pesquisa; Mulheres; Pandemia.

#### REFERÊNCIAS

MENDES, Raquel Almeida; COSTA, Kenia Gonçalves. A mulher no espaço acadêmico-científico: Diálogos entre feminismo, gênero e mulheres na ciência. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 7, ed. 2, p. 65-81, jul.-dez. / 2020. Disponível em: <http://ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/view/175>. Acesso em: 6 set. 2021.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza:** como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

## A COMERCIALIZAÇÃO DOS DIREITOS DA PRIVACIDADE: breves apontamentos acerca da Lei Geral de Proteção de Dados frente a Teoria dos Círculos Concêntricos

Clara Weinna Moura Dantas<sup>1</sup>  
Morgana Barros da Silva<sup>2</sup>  
Maria dos Reis Guida<sup>3</sup>

### RESUMO

**Introdução:** Diante dos avanços tecnológicos e conseqüentemente de dados e informações pessoais é quase que espontânea a disponibilização de informações pessoais. O marco Civil da Internet dispõe sobre uma normativa de dados pessoais, respaldado em princípios norteadores. Nesse sentido, tem-se como objetivos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) a proteção à privacidade, proteção dos dados pessoais, inviolabilidade da intimidade e da vida privada, inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet, inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, dentre outros. Verifica-se, portanto, que com a utilização da internet da forma em que se conhece atualmente, tem gerados diversos reflexos sociais, como a necessidade de se resguardar legalmente os direitos decorrentes da privacidade. Por esse motivo, foi instituída a LGPD, que tem como inspiração a lei europeia, decorrente da necessidade comercial de se instituí-la, por conta das relações comerciais baseadas em dados. Muito embora as finalidades legais sejam a de resguardar os indivíduos em todas as searas das quais existam tratamento de dados, convém refletir os reflexos na esfera econômica, tendo em vista que os atos de comércio e empresariais acabam por necessitarem de transações que comprometam tais dados. Claro que a utilização de dados por si só não induz a determinar sobre a indevida utilização dos mesmos, desde que observados os preceitos da própria LGPD. Ao se observar a Teoria dos Círculos Concêntricos, tem-se que direitos referentes a privacidade, intimidade e sigilo estão em alguns graus de acesso e prioridade. A saber, que na esfera privada consiste em informação atinente a pessoa, mas de um certo modo estão colocados de maneira externa, a esfera da intimidade consiste em

<sup>1</sup> Mestranda em Práticas Educativas pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pós Graduada em Metodologia da Docência pela INESPO. Graduada em Direito pela Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA). Advogada. Membro do Grupo de Estudos Sistemas de Justiça, Neoprocessualismo e Direitos Humanos. E-mail: claraweinna.adv@gmail.com;

<sup>2</sup> Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade Única de Ipatinga. Graduada em Direito pela Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA). Advogada. Membro do Grupo de Estudos Sistemas de Justiça, Neoprocessualismo e Direitos Humanos. E-mail: morganafonsecaadv@hotmail.com.

<sup>3</sup> Especialista em Direito Processual Civil pela UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina. Professora do Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão. Assessora de juiz no Tribunal de Justiça do Maranhão. Membro do Grupo de Estudos Sistemas de Justiça, Neoprocessualismo e Direitos Humanos.

questões mais internas do indivíduo e por fim, a esfera do segredo que são questões muito mais restritas e resguardadas. O fato é que a privacidade estando nesses círculos concêntricos como externo e, portanto, passível de acesso a dados inerentes a cada indivíduo, torna necessária a reflexão de instituir a LGPD, e sendo essa instituída quais os reflexos frente a comercialização de direitos, haja vista uma gama enorme de empresas que lucram através de dados e informações. **Objetivo:** Nesse sentido, faz-se relevante o estudo acerca da privacidade dos usuários diante do trato das informações que são coletadas e as finalidades econômicas, tendo como objetivo o de refletir sobre a aplicação da LGPD frente a comercialização de direitos e os limites empregados pela teoria dos círculos concêntricos. **Materiais e Métodos:** Seguindo os procedimentos metodológicos a presente pesquisa tem como método a abordagem qualitativa, construída a partir de uma revisão bibliográfica já existente, bem como análise documental da Lei nº 13.709/2018. **Conclusão:** Após a revisão bibliográfica percebe-se que o direito à privacidade embora possua um viés protecionista aos sujeitos, no sentido de possibilitar um direito a si próprio como inviolável, no contexto comercializável de transações das quais utiliza-se de dados e informações pessoais, existem posicionamentos que entende que tais direitos estão em uma órbita de exteriorização e, portanto, de acesso. Assim, percebe-se que a LGPD tem o condão de potencializar a privacidade e intimidade, desde haja o tratamento correto de dados.

**Palavras-chave:** Lei Geral de Proteção de Dados; Direito a privacidade; Comercialização.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13/709/2018 – **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 04 set. 2021.

CEDU. Corte Europeia de Direitos Humanos. **Case of Von Hannover vs. Germany** (Application n. 59320/00). Judgment in 24/06/2004 by the Third Section. Disponível em: . Acesso em: 04 de set de 2021.

FREITAS, Cinthia Obladen de Almendra. CAMPOS, Fábio Henrique Fernandez de. **HOMO CONSUMENS EM CAMPUS ALGORÍTMICOS: PROTEÇÃO DA VULNERABILIDADE ENQUANTO DIREITO FUNDAMENTAL E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**. Revista da AJURIS – Porto Alegre, v. 46, n. 146, Junho, 2019.

## IMPACTOS DA ALIMENTAÇÃO NA POPULAÇÃO BRASILEIRA DURANTE A PANDEMIA

Luís Fernando Araújo PEREIRA<sup>1</sup>

Lúcia Victória Matos ROCHA<sup>35</sup>

Vitoria da Silva CUNHA<sup>35</sup>

Giovana Nogueira de CASTRO<sup>2</sup>

Telma Melo da SILVA<sup>3</sup>

### RESUMO

**Introdução:** No atual cenário brasileiro, a pandemia do vírus COVID-19 evidenciou o papel fundamental do nutricionista, pois cabe a ele orientar/cuidar para uma alimentação adequada para o bom funcionamento do corpo juntamente ao fortalecimento do sistema imunológico. Já existia problemas com o crescimento da obesidade e de distúrbios alimentares, mas com a pandemia um grande contingente passou a apresentar descontrole alimentar como sobrepeso e estar mais propenso a complicações. “Em relação aos estilos de vida, a restrição social contribuiu com uma redução considerável nos níveis de atividade física de intensidade moderada a vigorosa, e no aumento de tempo em comportamento sedentário” (MALTA et. al., 2020, p. 1). A falta de uma dieta no dia a dia pode comprometer a resistência de doenças infecciosas. Isso porque, a resistência a doenças, inclusive de origem viral, é proporcional aos cuidados que se obtém com a alimentação. Por fim, segundo Gaudenzi (2020) Neste período houve aumento de ansiedade, depressão e estresse. **Objetivo:** Verificar os impactos alimentares da população em virtude do maior período de restrição social. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma Revisão bibliográfica, onde foram utilizadas as bases de dados SciELO, e site de busca do google acadêmico, sendo selecionados um total de 3 artigos, publicados no período de 2020 a 2021, foram usados como descritores, “Brasil”, “impactos”, “covid-19”. **Resultados:** A pesquisa mostrou piora no estilo de vida e um aumento dos comportamentos de risco para a saúde. A frequência de consumo de alimentos saudáveis diminuiu, durante a pandemia. Houve uma queda significativa ao que se refere no consumo regular de hortaliças. Ocorreu aumento de consumo de alimentos não saudáveis em 2 dias ou mais por semana aumentou. A prática de atividade física também apresentou mudanças devido à pandemia, no Brasil, se tornando assim mais sedentários. **Conclusão:** A diminuição da prática de atividades físicas e

<sup>1</sup> Acadêmicos do curso de Bacharelado em Nutrição do Instituto De Ensino Superior Do Sul Do Maranhão; E-mail: luis\_araujooo@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Saúde Pública Veterinária. Docente do Curso de Bacharelado em Nutrição do Instituto De Ensino Superior Do Sul Do Maranhão; E-mail: giovananogueira1998@gmail.com

<sup>3</sup> Mestre em Tecnologia de Alimentos. Docente do Curso de Bacharelado em Nutrição do Instituto De Ensino Superior Do Sul Do Maranhão; E-mail: telmamelos22@gmail.com

consequentemente o aumento dos maus hábitos alimentares como consumo de comidas ultra processadas e fast-food levando como consequência o aumento de doenças crônicas não transmissíveis. Alienando-se apenas ao contágio da doença e não a preservação da saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de doença ou enfermidade, como declara a OMS. No Brasil, diante do engajamento insuficiente – por vezes, ausente – dos governos e gestores nessas ações, torna-se essencial o incentivo a sociedade civil.

**Palavras-chave:** Alimentação; Imunidade; Nutrição.

#### REFERÊNCIAS

GAUDENZI, Paula. Cenários brasileiros da Saúde Mental em tempos de Covid-19: uma reflexão. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu, v. 25, n. 1 – 15, 2021.

MALTA, Deborah Carvalho at. al., A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. **Epidemiol. Serv. Saúde. Brasília**, v. 29, n. 1 – 13, 2020.

MACIEL, Maria Ines Sucupira. **Alimentação em tempos da Pandemia do COVID-19**. Disponível em: <http://www.ufrpe.br/br/content/alimenta%C3%A7%C3%A3o-em-tempos-da-pandemia-do-covid-19>. Acessado em: 11 de jun de 2021.

## CARACTERIZAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR DE ADULTOS BRASILEIROS

Ana Caroline Rodrigues S. OLIVEIRA<sup>1</sup>  
Geynara dos Santos SILVA<sup>38</sup>  
Izabella Cristina Silva BARBOSA<sup>38</sup>  
Taiane Souza NASCIMENTO<sup>38</sup>  
Denúcia Maria de MORAES<sup>2</sup>  
Telma Melo da SILVA<sup>39</sup>

### RESUMO

**Introdução:** Consumo alimentar é definido como a ingestão de alimentos e de seus respectivos nutrientes. É evidente que a escolha de bons nutrientes é primordial para que se tenha mais saúde e consequentemente maior qualidade de vida. Gomes et al., (2015), afirma que a qualidade da dieta tem papel importante na ocorrência de agravos a saúde. Sendo assim, vemos que o aumento de doenças crônicas não transmissíveis e o excesso de peso estão intrinsecamente relacionados às mudanças nos padrões alimentares, que demonstram alterações na ingestão de alimentos entre a população brasileira. É necessário conhecer o hábito alimentar desse público a fim de pensar em estratégias para evitar possíveis agravos à saúde, bem como promover orientações sobre os benefícios de uma alimentação saudável e a melhoria na qualidade de vida, inclusive para direcionamento de políticas públicas relacionadas ao tema. **Objetivo:** Caracterizar o consumo e escolhas alimentares de adultos brasileiros. **Materiais e Métodos:** A pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada a partir de um levantamento nas bases de dados LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico. Na busca foram utilizados os termos "consumo alimentar", "adultos" e "brasileiros". Estudos publicados a partir de 2015 foram investigados, aceitando se aqueles escritos em português, inglês e espanhol. **Resultados:** De acordo com os dados levantados na pesquisa, Bastos et al., (2017), relatam que se tratando dos grupos alimentares, a maioria dos adultos apresentaram alto consumo no grupo de carnes, óleos, doces e açúcares, e baixo consumo de hortaliças, frutas, leite e derivados. Destacam ainda, o consumo acima do recomendado de energia, assim como de macronutrientes, podendo indicar hábitos alimentares inadequados da população. Já Lazarotto e Chielle (2019), discorrendo sobre o consumo alimentar de adultos, caracterizaram-no pelos diferentes níveis de IMC (Índice de Massa Corpórea) dos mesmos. Ambos relatam que em todos os grupos dos diferentes IMCs nota-se uma baixa frequência no consumo de frutas e hortaliças e que a frequência do consumo de refrigerantes e

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Nutrição; IESMA/UNISULMA; E-mail: [carolrodrigues497@gmail.com](mailto:carolrodrigues497@gmail.com).

<sup>2</sup> Docentes do Curso de Nutrição; IESMA/UNISULMA.

alimentos industrializados foi maior em adultos classificados por IMC com sobrepeso e obesos. Constataram também, que o cuidado com a alimentação foi maior observado em pessoas de IMC normal quando comparado aos demais grupos. **Conclusão:** No consumo alimentar de adultos, existe inadequações no que se refere ao equilíbrio do consumo dos grupos alimentares, o que pode acarretar no desenvolvimento de diversas doenças crônicas não transmissíveis como diabetes, hipertensão, obesidade entre outras. O panorama alerta a necessidade de ações de educação alimentar e nutricional, que orientem a população, sobre a importância da alimentação variada, equilibrada e harmônica para assim, reduzir o consumo excessivo de componentes alimentares maléficos à saúde.

**Palavras-chave:** Adultos; Consumo alimentar; Nutrição.

#### REFERÊNCIAS

BASTOS, Ádela Misseia Carvalho et al. Caracterização do consumo alimentar em adultos. **R. Interdisciplinar UNINOVAFAPÍ**, Teresina, PI, v. 10, n. 2, p. 1-8, abr. mai. jun. 2017. Disponível em: <[https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/904/\\_56](https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/904/_56)>. Acesso em: 31 ago. 2021.

GOMES, Adriana de Andrade et al. Caracterização do consumo alimentar de adultos por meio de questionário simplificado: contribuição para os estudos de vigilância alimentar e nutricional. **Cad. Saúde Colet.** Rio de Janeiro, 23 (4): 368-373. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadsc/a/fNWLcS99gqSVKBFkCmFxsZB/?lang=pt>>. Acesso em: 03 set. 2021.

LAZAROTTO, K.; CHIELLE, E. O. Avaliação do estado nutricional e do consumo alimentar de adultos jovens com diferentes índices de massa corporal. **RBONE - Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, São Paulo. v. 13, n. 81, p. 731-740, 16 mai. 2020. Disponível em: <<http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/1054>>. Acesso em: 03 set. 2021.

## CORRELAÇÃO ENTRE A CAPACIDADE FUNCIONAL E RISCO DE QUEDAS EM IDOSOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Lohanna Silva CARVALHO<sup>1</sup>  
Ana Letícia Gomes BARBOSA<sup>40</sup>  
Maria Isabela Alves de Almeida SILVA<sup>40</sup>  
Marta Pereira Guimarães Salgado da COSTA<sup>40</sup>  
Hellyangela Bertalha BLASCOVICH<sup>2</sup>

### RESUMO

**Introdução:** O processo de envelhecimento leva a diversas mudanças e acarretam a problemas, tais como as quedas que acontecem corriqueiramente entre os idosos, sendo considerados eventos comuns, de múltiplas causas e que aumentam progressivamente com a idade. Contudo, elas ameaçam a saúde do idoso e sua capacidade de autocuidado, assim, a recorrência e prevalência dessas quedas pode ter consequências sérias na qualidade de vida dos idosos, podendo resultar em hospitalizações prolongadas, institucionalizações, restrição das atividades e da mobilidade. **Objetivo:** Realizar uma revisão integrativa da literatura a fim de investigar a relação da capacidade funcional e o risco de quedas em idosos, bem como identificar os métodos mais utilizados para avaliação da capacidade funcional e risco de quedas. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de caráter descritivo, sobre a capacidade funcional e o risco de quedas em idosos. A coleta de dados foi realizada no período de Abril a Outubro de 2020, mediante busca eletrônica nas bases de dados National Library of Medicine (Pubmed), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Physiotherapy Evidence Database (PEDro). Os critérios de inclusão utilizados foram: estudos com participantes idosos, escritos em inglês e português, publicados entre 2010 a 2020, trabalhos que relacionassem a capacidade funcional e o risco de quedas em idosos. Os critérios de exclusão utilizados foram: estudos duplicados e com foco principal em temáticas cujo conteúdo não atendia à questão norteadora do estudo. **Resultados:** Foram encontrados 99 estudos, dos quais, 85 foram excluídos a partir dos critérios de elegibilidade, assim, a amostra foi composta por 14 estudos. As amostras variaram entre 14 a 554 idosos participantes, incluindo ambos os sexos. Em relação aos instrumentos para avaliar a capacidade funcional dos idosos, os estudos utilizaram: Escala de Lawton e Brody, índice de Barthel, escala de Tinetti, *Senior Fitness Test*

<sup>1</sup>Discentes do curso de Fisioterapia; Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão/UNISULMA; E-mail: lohannasilvacarvalho@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor Orientador, Docente do curso de Fisioterapia; Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão/UNISULMA.

(SFT), e escala de Katz. Para avaliação do risco de quedas foram utilizados o *Time and go test* (TUG) e questionário para investigação do número de quedas no último ano. **Conclusão:** Os estudos revelaram haver relação entre a capacidade funcional e o risco de quedas na população idosa. Dentro desse quadro, a redução da incidência de quedas e consequentemente do risco de queda em idosos, está diretamente relacionada com incrementos diretos ou indiretos da capacidade funcional. Dessa forma, há um impacto gerado na saúde da pessoa idosa e da saúde pública. Assim, torna-se importante conhecer o risco de quedas e sua relação com os aspectos e como a capacidade funcional, a fim de fomentar medidas de prevenção a quedas.

**Palavras-chave:** Acidentes por Quedas; Capacidade Funcional; Idosos.

#### REFERÊNCIAS

- KARUKA, Aline H.; SILVA, José A. M. G.; NAVEGA, Marcelo T.. Análise da concordância entre instrumentos de avaliação do equilíbrio corporal em idosos. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 15, n. 6, p. 460-6, nov./dez. 2011.
- PEREIRA, Adriane Miró Vianna Benke; ROSA, Amélia Cristina Dalazuana Souza. **Linha guia da saúde do idoso / SAS-SESA**. Curitiba: SESA, 2018.
- SMITH, Adriana de Azevedo et al. Avaliação do risco de quedas em idosos residentes em domicílio. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 2017.

## INSEGURANÇA ALIMENTAR COMO CONSEQUÊNCIA DA PANDEMIA NO BRASIL

Thalita Cavalcante GUADAGNINI<sup>1</sup>  
Gabriela Lopes Taglia FERRE<sup>2</sup>  
Luís Fernando Araújo PEREIRA  
Giovana Nogueira De CASTRO<sup>3</sup>  
Telma Melo Da SILVA<sup>4</sup>

### RESUMO

**Introdução:** A pandemia de Covid-19 no ano de 2020 no Brasil, incide como novo elemento potencializador do aumento da fome no país, assim expondo ainda mais a enorme discrepância entre diferentes realidades sociais que coexistem no país, reacendendo as discussões acerca da segurança alimentar e nutricional entre as desigualdades sociais e urbanas das cidades brasileiras. “O isolamento social promoveu rápidas mudanças no mercado de trabalho, com impactos mais severos para 37,3 milhões de pessoas que vivem na informalidade, já que elas não têm direitos como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e seguro-desemprego” (COSTA, 2020. p. 969). Diante tais percussores deste agravamento referencialmente apontado por estes são os altos índices de desemprego e também a saúde mental da população “Se por um lado a materialidade do corpo posta em risco por um organismo invisível afeta psiquicamente todos os sujeitos do mundo, por outro, as experiências subjetivas diante do vírus no Brasil são marcadas pela distribuição desigual das vulnerabilidades e pela condição singular.” (GAUDENZI, 2021. p. 15). Sendo perceptível os fatores internos e externos influenciado na saúde da população brasileira, por muita das vezes, agravando a situação. **Objetivo:** Identificar os fatores agravantes no período de maior intensidade e restrição. **Materiais e Métodos:** trata-se de uma Revisão bibliográfica, onde foram utilizadas as bases de dados SciELO, e site de busca do google acadêmico, sendo selecionados um total de 3 artigos, publicados no período de 2020 a 2021, foram usados como descritores, “Brasil”, “pandemia” e “insegurança alimentar”. **Resultados:** Para tematizar os desafios durante a pandemia, pode-se considerar, em termos gerais, duas dimensões bem definidas: a alimentar e a nutricional. A primeira se refere ao processo de disponibilidade e a segunda diz respeito mais

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Bacharelado em Nutrição do Instituto De Ensino Superior Do Sul Do Maranhão; E-mail: thalita.guadagnini@hotmail.com

<sup>2</sup> Acadêmicos do curso de Bacharelado em Nutrição do Instituto De Ensino Superior Do Sul Do Maranhão

<sup>3</sup> Mestre em Saúde Pública Veterinária. Docente do Curso de Bacharelado em Nutrição do Instituto De Ensino Superior Do Sul Do Maranhão; E-mail: giovananogueira1998@gmail.com

<sup>4</sup> Mestre em Tecnologia de Alimentos. Docente do Curso de Bacharelado em Nutrição do Instituto De Ensino Superior Do Sul Do Maranhão; E-mail: telmamelos22@gmail.com

diretamente à escolha e sua relação com a saúde. Mais da metade dos domicílios no país, 59,4%, se encontram situação de insegurança alimentar durante a pandemia, segundo levantamento feito por pesquisadores do grupo “Alimento para Justiça” da Universidade Livre de Berlim. A falta de alimentos em quantidade ou qualidade necessária traz impactos para a saúde, como enfraquecimento do corpo, prejuízos no desenvolvimento físico e mental e aumento da probabilidade de doenças, o que torna a camada mais pobre da população ainda mais vulnerável à Covid-19. A insegurança alimentar não é só a falta, mas também a substituição de alimentos ricos em nutrientes e vitaminas, por alimentos mais baratos, que, muitas vezes, são aqueles ricos em farinhas e açúcares, na tentativa de compensar o preço dos alimentos. **Conclusão:** A pandemia da Covid-19 vem afetando a saúde de uma forma inaudita, somente comparável a momentos de grande inflexão na história da humanidade. Não se discute que os problemas nutricionais crônicos do Brasil houve um agravador em comum, sendo este, o decaimento da classe social da população a extrema pobreza no atual cenário pandêmico na qual vivemos, resultando assim a inferioridade no poder de escolha dos alimentos. São necessárias políticas públicas urgentes e eficazes pois os brasileiros podem morrer por falta do que comer.

**Palavras-chave:** Alimento; Instabilidade; Miséria; Saúde.

#### REFERÊNCIAS

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 969 – 978, jul. - ago. 2020.

GAUDENZI, Paula. Cenários brasileiros da Saúde Mental em tempos de Covid-19: uma reflexão. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu, v. 25, n. 1 – 15, 2021.

Insegurança alimentar cresce no país e aumenta vulnerabilidade à Covid-19. **Faculdade de Medicina UFMG**, 2021. Disponível em: <<https://www.medicina.ufmg.br/inseguranca-alimentar-cresce-no-pais-e-aumenta-vulnerabilidade-a-covid-19/>>. Acesso em 23 de jul. de 2021.

## CAFEÍNA COMO UM AGENTE PSICOESTIMULANTE NA VIDA ESTUDANTIL

Jesana Valle Moreira de SÁ<sup>1</sup>;  
Luciana do Socorro Lima da Silva<sup>2</sup>;  
Luysa dos Santos SANCHES<sup>3</sup>;  
Vitória Venâncio da SILVA<sup>4</sup>;  
Wiliane Freire PINHEIRO<sup>5</sup>;  
Lilian Natália Ferreira de Lima<sup>6</sup>;

### RESUMO

**Palavras-chave:** Cafeína; Estimulante; Consumo.

**Introdução:** Ao iniciar uma jornada acadêmica em uma Universidade, a vida da pessoa passa por mudanças, seja elas de modo radical/desafiador, ou sereno. Novas expectativas são criadas com o novo ritmo, pois a partir desse processo é necessário responsabilidade, disciplina, comportamento, e qualidade de vida diferente do seu comum. O café pode funcionar com um estimulante cerebral, na qual contém substâncias, e atuam direta ou indiretamente por meio da dopamina, que favorecem como uma alerta de motivação, melhora no humor, no desempenho, concentração, entre outros (ARAÚJO, 2019). O consumo dessa substância, muitas das vezes, esta relacionada com o intuito de potencializar sua capacidade de concentração, ou até, despertar de um sono, na qual o estudante se permite privar, seja para concluir trabalhos acadêmicos, semana de provas, entre outros aspectos. **Objetivo:** Retratar o consumo de café com um psicoestimulante na atuação das atividades estudantis. **Materiais e Métodos:** Trata-se de um estudo descritivo com caráter exploratório, com abordagem qualitativa, onde será obtido artigos por meio dos sites: PubMed, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Google Acadêmico. **Resultados:** Segundo o autor Morgan (2017), os estudantes procuram psicoestimulantes que podem atuar de uma forma sintética ou natural para uma melhora cognitiva, e a cafeína por muita das vezes é consumida de forma natural, na qual eleva a uma concentração, devido conter neurotransmissores que estabelecem essa conexão, além de possuir atributos antidepressivos, e melhora o estado de humor e satisfação. A cafeína é um alcaloide de xantina, reconhecida pela primeira vez no café, e com histórico de existência em mais 60 espécies de plantas, com ação psicoativa e psicotrópica. Considerando-se um estimulante para o Sistema Nervoso Central, a cafeína é uma das mais consumidas pelos estudantes e profissionais da saúde, porém em doses elevadas pode causar danos ao individuo que tenha sensibilidade, causando distúrbios gástricos, taquicardia, tremores, insônia, ansiedade entre outros. A cafeína consideravelmente tem um efeito viciante em sua composição, mas quando existe este consumo prolongado, a interrupção brusca pode ocasionar sintomas de abstinência, entre eles, cefaleia, irritabilidade, náuseas, e outros. Além disso, ela ajuda a reduzir

<sup>1</sup> Discente; Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS; *E-mail:* [jesanavalle@gmail.com](mailto:jesanavalle@gmail.com)

<sup>2</sup> Psicóloga; Especialista Terapia Cognitiva Comportamental - ESAMAZ.

<sup>3</sup> Discente; Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS.

<sup>4</sup> Discente; Universidade Estadual do Mato Grosso-UNEMAT.

<sup>5</sup> Discente; Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS.

<sup>6</sup> Docente; Mestra em Ensino de Ciências Ambientais UFPA-UNITINS.

alguns riscos de tipos de câncer, entre eles, bexiga, intestino, até mesmo doenças cardiovasculares, por possuir antioxidantes, anticarcinogênicos, e antiteratogênicos, existente no café ou durante sua germinação (ARAÚJO, 2019). **Conclusão:** Existem diversas maneiras de melhorar o funcionamento cerebral/cognitivo, diversos estudos relatam que o uso de substâncias estimulantes é comum entre os estudantes seja sintética, ou natural, assim provocando efeitos benéficos no momento para a função desejada, a cafeína em si, em consumo exacerbado, pode consequentemente trazer alguns efeitos colaterais, entre eles, desencadeando a ansiedade, na qual tem pontencial para prejudicar a qualidade do rendimento estudantil.

#### REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Juliany Santiago de. **Consumo de estimulantes cerebrais por estudantes de farmácia da Universidade Federal da Paraíba: Prevalência, Motivação e Efeitos percebidos.** Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa – PB. 2019.

MORGAN, Henri Luiz; et. al;. **Consumo de estimulantes cerebrais por estudantes de medicina de uma Universidade do Extremo Sul do Brasil: Prevalência, Motivação e Efeitos Percebidos.** Revista Brasileira de Educação Médica. 41(1): 102-109; 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/thtr6bKtgJ9X3PwNh7pB8jN/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 2 set. 2021.

## CONCEPÇÃO DOS CONSUMIDORES SOBRE AS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS DO AMBIENTE DE COMERCIALIZAÇÃO DE PANELADA EM IMPERATRIZ-MA.

Luís Fernando Araújo PEREIRA<sup>1</sup>  
Gabriela Lopes Taglia FERRE<sup>2</sup>  
Lúcia Victória Matos ROCHA<sup>2</sup>  
Thalita Cavalcante GUADAGNINI<sup>2</sup>  
Vitória Da Silva CUNHA<sup>2</sup>  
Suellen Alves de AZEVEDO<sup>3</sup>;

### RESUMO

**Introdução:** Sabido que este prato já faz parte da identidade cultural de Imperatriz a venda e consumo deste alimento, prato típico nordestino, é feito com vísceras de boi, possuindo assim suas raízes fincadas na população, tal alimento é comercializado em diversos locais no município. Contudo, a segurança alimentar visado pelos consumidores e o produto comercializado neste local é algo discutível. De acordo com a Segurança Alimentar Nutricional (2006), é direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde. Sendo necessário de acordo com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAM) o monitoramento da qualidade dos alimentos deve considerar aspectos sanitários. **Objetivo:** O trabalho teve como objetivo avaliar as condições higiênico-sanitárias do ambiente de comercialização da panelada na cidade de Imperatriz-MA. Para isso avaliamos o principal local de produção e revelando assim as condições de venda no dia a dia desses trabalhadores informais. Assim, o presente trabalho se propõe abordar a Segurança Alimentar deste ponto de alimentação. **Materiais e Métodos:** Este trabalho foi realizado durante a disciplina de Microbiologia de alimentos, no qual foi proposto uma pesquisa sobre condições higiênico sanitárias de pontos de comercialização de alimentos da cidade. Para compor os dados desta pesquisa aplicou-se um questionário a 20 (vinte) manipuladores de alimentos, este elaborado contendo perguntas fechadas, com base na Resolução RDC nº 275/2002 da ANVISA e a partir da legislação específica para serviços de alimentação, a RDC nº 216 de 14 de setembro de 2004 da ANVISA. De acordo com o percentual de itens atendidos, os estabelecimentos foram classificados em “BOM” (75-100% dos quesitos atendidos); “REGULAR” (50-74,9% dos quesitos atendidos) e “RUIM” (0-49,9% dos quesitos atendidos). A pesquisa atendeu todos os critérios da resolução 466 de dezembro de 2012. **Resultados:** O questionário de verificação foi composto de três requisitos com 17 itens: requisitos gerais do estabelecimento (06), manipuladores (06), produção e exposição ao consumo do alimento preparado (05). As condições de comercialização desta comida típica da cidade são insatisfatórias, encaixando-se como RUIM visto que apenas 17,64% dos requisitos avaliados foram atendidos de acordo com o questionário aplicado. Os fatores que mais contribuíram para esta avaliação insatisfatória foram a categoria da produção e exposição ao consumo do alimento preparado validando a ausência de procedimentos que assegurassem a integridade e a qualidade sanitária da panelada, despreparo dos manipuladores durante o manuseio dos alimentos apresentando-se apenas 20% de conformidade. **Conclusão:** Portando, considerando o alto grau de não

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Bacharelado em Nutrição do Instituto De Ensino Superior Do Sul Do Maranhão; E-mail: [luis\\_araujoo@hotmail.com](mailto:luis_araujoo@hotmail.com)

<sup>2</sup> Acadêmicos do curso de Bacharelado em Nutrição do Instituto De Ensino Superior Do Sul Do Maranhão

<sup>3</sup> Docente do Instituto De Ensino Superior Do Sul Do Maranhão

conformidades constataram-se fragilidades que poderão comprometer a saúde. A partir disso, se faz necessário ações corretivas como capacitação destes e oferecimento de uma melhor infraestrutura a fim de garantir maior segurança e qualidade aos consumidores que consomem deste alimento proteger a fim de assegurar a saúde do consumidor. Boas Práticas na manipulação é essencial para que o alimento se apresente seguro no aspecto higiênico-sanitário, portanto é importante que os manipuladores pudessem ser assistidos com ações de educação continuada para adequação dos procedimentos, para que o alimento possa ser ofertado de forma segura ao consumidor.

**Palavras-chave:** Alimento; Comida Típica; Higiene; Saúde.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004.** Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, p. 25, 16 set. 2004. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002.** Dispõe sobre Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores-Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores Industrializadores de Alimentos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, p. 4-21, 06 nov. 2002. Seção 1.

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (Losan). **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006; 18 set. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm)> Acessado em 01 de abr de 2021.

## A ADI 4275 E A EXCLUSÃO DA CRIANÇA TRANSEXUAL

Mariana Brito Simões<sup>1</sup>

### RESUMO

**Introdução:** O resumo versa sobre a ADI 4275 e as crianças transexuais. Essa ação teve como objetivo desjudicializar as ações de retificação de nome social, bem como prescindir de análise multidisciplinar as pessoas trans as quais desejassem a alteração extrajudicial do nome social, com base no art. 58 da Lei de Registros Públicos que enuncia “prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos e notórios, bem como em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvido o Ministério Público” combinado com o art. 16 do Código Civil que dispõe “direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome”, este nome é dotado de proteção jurídica contra uso indevido, estendida também ao pseudônimo. Apelidos notórios também são reconhecidos e legalmente protegidos. No entanto, cabe ressaltar que a petição inicial, que instaurou esse processo objetivo, estipula como pedidos que para a concessão da retificação, as pessoas trans devem, primeiramente, fazer a cirurgia de redesignação de sexo. Àqueles que não a desejarem, então, deverão preencher os requisitos: idade a partir de dezoito anos, convicção de três anos no gênero escolhido e que seja altamente provável a não alteração de gênero, atestada pelo grupo multidisciplinar de especialistas. O acórdão que decidiu acerca dos pedidos também estatui a idade de 18 anos para a alteração extrajudicial do nome social. Cabe ressaltar que os menores relativa e absolutamente incapazes foram excluídos da decisão. De acordo com o Código Civil em seus arts. 3º e 4º, I que definem a incapacidade civil. Diante disso, obriga cada Estado da Federação Brasileira a ter que legislar acerca do assunto. Nove Estados permitem o uso do nome social, eis os Estados: Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Paraíba, Pará e Goiás. Inicialmente, cabe citar o Estado de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte cujo Conselho Municipal de Educação (CME) entendeu que precisaria legislar acerca do assunto nome social. O CME emitiu no ano de 2008, tanto um Parecer quanto uma Resolução para tratar em âmbito escolar sobre o nome social de menores absoluta e relativamente incapazes. O parecer 052/2008 permite a inclusão do nome social com a autorização da mãe e do pai ou do responsável legal. No Pará foi editada a Portaria 16/2008 a qual todo estabelecimento escolar da rede pública passarão a registrar no ato

<sup>1</sup> Advogada. Mestra pela Universidade Estácio de Sá. Pós-graduada em Direito Privado e Público pela Universidade Estácio de Sá. Especialista em Biodireito e Bioética. <http://lattes.cnpq.br/0192156258672220>. E-mail: [ma.marianabs@gmail.com](mailto:ma.marianabs@gmail.com).

da matrícula o prenome social de travestis e transexuais. O Parecer Técnico do Ministério da Educação 141/2009 veio atender a demanda da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT) ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para que se manifeste por meio de Resolução favoravelmente à medida que vem sendo adotada por estados e municípios de adoção do nome social nos registros escolares. Dessa forma, o CNE encaminhou ao Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), solicitando que estas entidades estudassem a possibilidade de adotar, junto com seus associados, medidas sobre a demanda de inclusão de Travestis e Transexuais nos registros escolares. De igual forma, a Resolução 12/2015 veio assegurar às pessoas trans, travestis e com identidade de gênero não reconhecida, a garantia de ser reconhecido, nas redes e instituições de ensino, pelo nome social; o tratamento oral exclusivamente pelo nome social; campo de “nome social” presente nos formulários; uso do nome social, mas registro administrativo vinculando o nome civil com o nome social; emissão de documentos com o nome civil, mas de igual forma, a vinculação do nome social; acesso de banheiros, vestiários e demais acomodações que sejam se paradas por gênero, facultado o uso de vestimentas de acordo com o gênero; reconhecimento da identidade de gênero estendida aos adolescentes, sem que seja obrigatória a autorização do responsável. A Portaria 33/2018 do CNE vem tratar da normatização do uso do nome social na educação básica e a Resolução nº1/2018 define o uso de nome social travestis e transexuais nos registros escolares. No entanto, no art. 4º enuncia que os menores de 18 anos podem usar o nome social, desde que requerido por seus representantes legais, em conformidade com o art. 1.690 do Código Civil e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, deve-se levar em consideração os seguintes fundamentos: os princípios de direitos humanos consagrados em documentos e tratados internacionais, em especial a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Protocolo de São Salvador, a Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata e os Princípios de Yogyakarta. A Lei 9394/1996, arts. 2º e 3º que preveem as diretrizes e bases da educação e estabelece a educação como dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, bem como princípios do ensino, entre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; os compromissos assumidos pelo Governo Federal no que concerne à implementação do Programa “Brasil sem Homofobia” – Programa de Combate à Violência e à Nacional Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT, do Programa Nacional de Direitos Humanos e do Plano de Políticas para as

Mulheres. O direito ao nome é um direito fundamental a qualquer pessoa. E o nome social corresponde ao gênero ao qual os transgêneros se adequam. E além de ser um direito fundamental, também é um direito da personalidade, que incorpora qualquer pessoa. É por ele que as pessoas se reconhecem na sociedade. E por este fato, adentramos a parte civil do nome. O Código Civil de 2002, em seus arts. 16, 17, 18 e 19 dispõe sobre a proteção ao nome, incluindo o prenome e sobrenome. Estende ao pseudônimo quando relacionado a atividades lícitas. O art. 16 do Código Civil, no capítulo dos direitos à personalidade dispõe que toda pessoa tem direito ao nome, compreendidos o prenome e sobrenome. O nome compreende o prenome que segundo Gonçalves tem a função de distinguir membros da mesma família. De outra forma, segundo o mesmo autor, o sobrenome é o sinal que indica a procedência da pessoa, identificando sua família. Limongi França colabora com o conceito de nome e enuncia que o nome é o signo pelo qual as pessoas naturais se identificam e distinguem nas relações de âmbito civil da sua vida jurídica. Washington de Barros Monteiro alega que o nome é a expressão mais característica da personalidade, não se concebendo, na vida social, ser humano que não traga um nome. Com o mesmo pensamento, Edna Raquel Hoggemann entende que o direito ao nome é o sinal exterior pelo qual se designa, se individualiza e se reconhece a pessoa no seio familiar e da sociedade, sendo, por isso, impossível que uma pessoa exista sem esta designação pessoal. Maria Celina Bodin de Moraes reitera o entendimento quando afirma que o nome é o primeiro sinal designativo que permite a individualização da pessoa humana, que constitui um dos direitos mais essenciais da personalidade. Hoggemann sustenta que o direito ao nome constitui direito público subjetivo, que subsiste para obstar a ingerência dos Estados aos direitos da personalidade. O que se protege não é o nome, mas a pessoa natural e sua dignidade que seriam atingidas. Apresenta-se então como um direito absoluto (oponível erga omnes), impenhorável, imprescritível, inalienável, indisponível, inexpropriável, personalíssimo, público, e relativamente transmissível - CC/2002, arts. 17 e 18 -, que reflete e traduz a qualidade de ser pessoa. Também ratifica as enunciações acima o entendimento de Silvio Rodrigues que afirma o direito ao nome um direito da personalidade, é um direito subjetivo inerente à pessoa humana, estando a ela ligado de modo permanente e perpétuo, como uma condição de existência, a exemplo do direito à vida, direito à liberdade, ao seu corpo e sua imagem, razão pela qual é inalienável, intransmissível, imprescritível e irrenunciável. Ainda Hoggemann traz duas funções importantes acerca do nome, quais sejam: individualizadora e identificadora. A primeira função se associa ao fato de individualizar o indivíduo, ou seja, distinguir as pessoas que compõem a sociedade. A segunda função decorre do critério investigativo, pois as relações sociais surgem e os indivíduos precisam ser identificados para fins de direitos e obrigações. Serpa Lopes concorda com a autora supracitada quando enuncia que “o nome é um misto de direitos e obrigações”. Além dele, Maria Celina Bodin de Moraes

declara que o nome também é um dever, dever de ser identificado socialmente, cumprindo a função de “sinal distintivo”. Cabe assegurar que ambas as funções devem conviver harmonicamente, nunca se sobrepondo. Reconhecendo esses aspectos do nome, Hoggemann anuncia que existem dois processos concomitantes ao nome civil e se conectam com o direito público e privado. Sendo o primeiro, meramente individualizador, isto é, diferenciar as pessoas que integram uma sociedade. E o segundo é um instrumento assecuratório das relações jurídicas, à medida que, as pessoas singulares ou coletivas devem ser registradas e capazes de serem identificadas civil, administrativo ou criminalmente pelo Estado. Nota-se que o direito ao nome se trata de um direito da personalidade inicialmente pensado com o intuito de distinguir membros da mesma família e identificar a filiação, posteriormente de apresentar o ser humano individualizado à sociedade e ao Estado, bem como assegurar as relações jurídicas entre as pessoas a ponto de serem dotados de direitos e obrigações, pois resulta em segurança jurídica a partir do momento que são registradas, resultando na identificação pessoal. Atualmente, além destas funções, apresenta ainda o escopo de representar autoafirmação e reconhecimento. Salientando que o Código Civil em seu art. 3º enuncia que a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas é preciso fazer prova de nascimento. A forma a qual se faz essa prova é através do registro civil do (a) recém-nascido (a), pois com sua ausência se furta o direito à cidadania, ao signo identificador do indivíduo que ao mesmo tempo o habilita a direitos e deveres na ordem jurídica. Hoggemann alega que O registro civil de nascimento inegavelmente desempenha um papel estratégico como fator de expressão relacionado à cidadania. Os registros públicos de nascimentos, realizados nas serventias de pessoas naturais, são os documentos que conferem aos brasileiros a formalização de sua existência para o Estado e a sociedade em geral. Evidentemente, a existência do indivíduo independe da sua formalização, porém, o seu primeiro reconhecimento legal e social ocorre através do registro de nascimento. Anderson Schreiber enuncia que as demandas de pessoas trans explicitam outro sentido do ato de registrar atributos da personalidade – o registro civil também cria processos identitários. Porque o estado e o nome civis envolvem a construção da inteligibilidade da pessoa e a realização, bem como desenvolvimento da sua personalidade. Disponibilizando os institutos jurídicos do nome e do sexo, o direito fornece uma gramática – regras – para os processos de subjetivação, ou seja, quando se torna sujeito de alguma coisa. Edson Fachin reitera o pensamento ao dizer que “o nome exerce uma função essencial na individualização do sujeito e em seu reconhecimento”. Tuanny Soeiro Soares entende que a imposição jurídica de identificar-se por um nome e registrá-lo perante órgãos oficiais do Estado instaura uma interpelação do direito sobre o sujeito, sobre sua identidade. Fachin compreende como positiva a interpelação, pois ajudam na construção identitária do ser humano e mesmo em sua qualidade de vida, tendo papel imprescindível na instauração da identidade do

sujeito. No entanto, Rodriguez e Brown discordam dos argumentos anteriores, porque acreditam que formas regulatórias que recaem sobre a identidade e pretendem posicionar os sujeitos em códigos estáticos e pré-determinados são problemáticas por reafirmarem apenas o Estado soberano como lugar competente para sancionar as situações da pessoa nos processos identitários e também por elaborarem modelos jurídicos de subjetivação excludentes. Elena Loizidou garante que é possível se falar em uma relação dos sujeitos com as normas sociais. A norma quando não oferece um modo de vida dentro das condições sociais existentes, torna-se impossível ao sujeito apropriá-la sem submetê-la a uma revisão crítica. A própria proposição de universalidade se constrói com uma relação com os sujeitos a quem se dirige uma relação que pressupõe a possibilidade de sua revisão pelas particularidades, em razão do próprio objetivo de sua operação e de sua constituição ocorrer no mesmo contexto das construções singulares. Trata-se de um processo relacional e recíproco de responsabilidade entre sujeitos e normas. Loizidou completa que o papel das reivindicações sociais de normas jurídicas agrega à gramática do direito, pois elabora uma série de interpelações sobre a identidade dos sujeitos, constrói e disponibiliza uma linguagem com esquemas de inteligibilidade, além de estabelecer uma relação de corresponsabilidade. As reivindicações sociais agem sobre como os sujeitos são reconhecíveis pela gramática do direito, desde a interpelação, o sujeito enfrenta o processo de produção e reconhecimento de si no interior da linguagem do direito. E a forma da interpelação oferecida pelo direito determina as condições de possibilidade do sujeito se reconhecer nessa gramática. Neumann e Rodriguez fundamentam que o próprio processo de legitimação e racionalidade do Estado Democrático de Direito justifica a necessidade de criar condições para que todos os indivíduos sejam considerados sujeitos de direito em razão de sua promessa de igualdade perante a lei. Melhor dizendo, a própria tarefa do direito é possibilitar processos de reconhecimento de si através de sua gramática, ou seja, formular regulações não excludentes, mas inclusivas em relações às diversas realidades sociais e formas de existências. As formas de interpelações concentram a principal função da gramática jurídica, isto é, considerar a importância das formas regulatórias disponibilizadas na própria legitimação da forma do direito, a linguagem jurídica interpela os sujeitos. Diante das diversas colocações as quais sugerem que a gramática jurídica não pode ser estanque e deve acompanhar os movimentos sociais, de modo a ser inclusiva e não excludente resultando na legitimação de sujeitos de direitos que interpelam a linguagem e dogmática jurídica. Não obstante, Renner e Neumann chancelam que a demanda dos movimentos sociais pelos direitos das pessoas trans desestabilizou a regulação até então consolidada do nome e do sexo, viabilizando o surgimento de novas interpretações jurídicas. Rodriguez dispõe que compreender como os movimentos sociais mobilizam o direito para figurar suas lutas e como as instituições jurídicas suportem as reivindicações, analisando justamente os conflitos dogmáticos e

tornar possível uma crítica ao direito. De acordo com Neumann, as normas e dogmas jurídicos devem resolver as demandas sociais com foco na democratização e na promoção da autonomia. Por consequência, as instituições do direito devem estar receptivas às transformações de cunho social. Nesse contexto, o direito figura como uma estrutura de instauração e garantia da separação do Estado e da sociedade. Sendo necessariamente inclusiva, já que promete igualdade perante a lei e possibilita elaborar insatisfações sociais em forma de reivindicações por direitos. O autor ainda complementa que o direito deve ser pensado em função do conflito social, a fim de ser um mecanismo de escuta das interpelações da sociedade. Levando-se em consideração a racionalidade procedimental do direito, este se legitima pela produção de normas em razão das demandas da sociedade, pois existe a promessa de igualdade, materializada principalmente pela garantia de direitos da liberdade pessoal e política. Contudo, existe a possibilidade dos sujeitos que se sentem injustiçados interpelarem suas reivindicações por seus direitos. E diante destes questionamentos pelos movimentos sociais haja transformações na gramática jurídica. Rodriguez reforça que o direito positivo é resultado das demandas sociais por igualdade, as quais devem permanecer em constantes reformulações, uma vez que a sociedade está em constante transformação. O direito inclusive traz aos sujeitos a possibilidade de se identificarem como sujeitos de direitos pela subjetivação. Esse sujeito nasce de uma proposição de igualdade e é a própria oportunidade de reivindicação de si que viabiliza esse reconhecimento pela gramática jurídica. O dever do direito está em reconhecer as reivindicações ou interpelações sociais que os sujeitos contestam. O direito é o lugar democrático para que as reivindicações sociais sejam feitas. Voltando ao nome e sexo, se existe uma desarmonia entre eles no registro e a identificação do sujeito, esses atributos deixam de realizar a função que se destinam de individualizar e qualificar as pessoas. A gramática jurídica dá aos sujeitos o poder de serem sujeitos de direitos, capazes de reivindicar ou até mesmo transformar as normas jurídicas. E mesmo assim, o direito deve somente reconhecer os processos de reivindicações de si demandados pela sociedade sem se imiscuir nas identidades. O registro é apenas a garantia que o direito tem de acesso e confirmação da identificação dos sujeitos. Luiz Guilherme Loureiro afirma que a formalidade do registro civil das pessoas, os sujeitos são individualizados pelo nome e pelos estados civis. Quando registrado, o sujeito é identificado na sociedade e sua existência é também publicizada. O indivíduo se torna um sujeito de direito. Há uma dedicação normativa do Estado de Direito para garantir a segurança jurídica no processo registral, pois a necessidade de identificação dos sujeitos é imprescindível para a designação individual de direitos e deveres, ou seja, para vincular as pessoas às responsabilidades oriundas de suas relações jurídicas. Faz parte da função da Constituição de 88 também trazer efetividade às questões sociais. Então, além da subjetivação das normas jurídicas, que é tornar o indivíduo sujeito de direitos e capaz de interpela-las, ainda se deve ter

como resultado a função social, aproximando os preceitos legais da realidade social. Para as questões identitárias é extremamente importante esse papel constitucional, pois sai do abstrato para atingir o concreto. Barroso corrobora esse entendimento quando enuncia que a Constituição é um instrumento do processo civilizatório. Preservando as conquistas almejadas e promovendo valores e bens jurídicos ainda não alcançados. Nesse contexto, cabe ressaltar que a Constituição traz consigo a intenção de efetividade dos direitos nela inseridos, bem como das normas infraconstitucionais. Para Barroso, as normas constitucionais têm efetividade quando desempenham concretamente a sua função social. Isso representa a materialização no mundo dos fatos dos preceitos legais esimboliza a aproximação íntima do dever-ser normativo e o ser da realidade social. Ainda nesse entendimento, Barroso afirma que os princípios e também as normas de direito fundamental devem sua efetividade aos tribunais. **Objetivo:** A apresentar a exclusão dos menores absoluta e relativamente incapazes e a lacuna legal. **Materiais e Métodos:** O método analisado foi a análise da ADI 4275 à luz da CFRB e do CC/02. **Resultados:** Conforme descrito, devido a ausência de leis acerca dos menores absoluta e relativamente incapazes e o nome social, cada Estado deve legislar acerca do assunto. **Conclusão:** Conclui-se que é imprescindível uma lei que trate do nome social para os menores absoluta e relativamente incapazes e sua retificação, uma vez que cada Estado legisla de uma forma. Dessa forma, uniformiza o entendimento.

**Palavras-chave:** Menor idade civil; Nome Social, Retificação.

#### REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: natureza jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação.** Versão provisória para debate público. Mimeografado. 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4275. Requerente: Procuradoria-Geral da República. Relator: Ministro Marco Aurélio.** Brasília. DF, 26 de janeiro de 2009. Disponível em: . Acesso em: 06 de set. 2021.

SIMÕES Brito Mariana. **Nome Social: uma análise interdisciplinar da ADI 4257.** Belo Horizonte: Editora Dialética. 2021.

## APERFEIÇOAMENTO DA APRENDIZAGEM E PESQUISA UNIVERSITÁRIA ATRAVÉS DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA DA SAÚDE – Relato de Experiência

Bárbara WIRTZBIKI<sup>1</sup>  
Alaiana Marinho FRANCO<sup>2</sup>  
Hellyangela Bertalha BLASCOVICH<sup>2</sup>  
Marciene de Sousa Cavalcante COSTA<sup>2</sup>  
Francisco Dimitre Rodrigo Pereira SANTOS<sup>2</sup>

### RESUMO

**Introdução:** O mundo está em uma nova era onde o denominador comum, e também diferenciador, é o conhecimento. Para tanto, profissionais em qualquer área de atuação carecem dominar os conceitos da pesquisa científica. Importante ressaltar que, alterações expressivas no sistema de saúde só serão alcançadas após reformas substanciais nos processos educacionais compostos por profissionais que participam deste sistema (PIROLA et Al., 2020). A pesquisa científica ainda é pouco difundida e incompreendida entre os estudantes que, por vezes, têm acesso limitado às técnicas de pesquisa e ao acesso em uma iniciação científica (HA et Al., 2018). **Objetivo:** Discorrer sobre a importância da iniciação científica para o aperfeiçoamento e aprendizagem universitária. **Relato de Experiência:** enquanto discente do curso de bacharelado em fisioterapia, a importância da iniciação científica na minha experiência acadêmica se deu pela vasta oportunidade de aprendizagem e de adquirir conhecimentos, que proporcionaram o desencadeamento da curiosidade, análise crítica, observação, e aplicabilidade do que foi apreendido nas atividades propostas pelo grupo interdisciplinar em estudos da dor, agregando qualidade e valor à minha vida acadêmica hoje e futuramente, profissional. **Resultados:** Para OLIVEIRA et Al. (2020), relata que há necessidade de uma adequação e desenvolvimento de matrizes e atividades curriculares direcionadas para solução de problemas, juntamente com o conhecimento atual, tornando assim importantes instrumentos para a formação crítica e científica dos universitários. PIROLA et Al. (2020) afirma que estudantes que não buscam o conhecimento científico durante a graduação, tornam-se defasados e dependentes de literaturas antigas para atuar na sua prática clínica, porquanto estão despreparados para assimilar as inovações do setor da saúde. Corroborando com os outros autores, HA et Al. (2018), sugere que a curiosidade dos acadêmicos deve ser incentivada para construir o conhecimento sobre o processo de pesquisa científica para assim fundamentar sua atuação e condutas quando profissionais da saúde. **Conclusão:** Ante o exposto, confirma-se que é imprescindível o entendimento do quanto

<sup>1</sup> Discente de Fisioterapia; Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão; E-mail: barbara.fisio.wrtzkbk@gmail.com

<sup>2</sup> Fisioterapeuta; Docente na Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão.

a iniciação científica atua e contribui para a formação intelectual, crítica, criativa e científica do acadêmico. Proporcionar melhora na qualidade do ensino superior e despertar interesse na pesquisa, torna-se hoje fundamental para que haja uma elevação profissional após a formação universitária.

**Palavras-chave:** Aprendizagem; Iniciação Científica; Pesquisa Científica.

#### REFERÊNCIAS

DE OLIVEIRA, Rodrigo Franco et al. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA CIENTÍFICA, POR MEIO DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA ACADÊMICA. **Anais do Seminário de Atualização de Práticas Docentes**, v. 2, n. 1, 2020.

HA, Tam Cam et al. Inclination towards research and the pursuit of a research career among medical students: an international cohort study. **BMC medical education**, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2018.

PIROLA, Sarah Beatriz de França Bortolato et al. A importância da Iniciação Científica na graduação de Medicina. **Revista Corpus Hippocraticum**, v. 1, n. 1, 2020.

## ANÁLISE BIOÉTICA DA EXPOSIÇÃO DE IMAGEM EM REDES SOCIAIS DOS PACIENTES SUBMETIDOS A PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS

Isadora Oliveira de ALENCAR<sup>1</sup>  
Denilza da Silva OLIVEIRA<sup>2</sup>  
Karla de Lisieux Oliveira RIBEIRO<sup>2</sup>  
Raimunda Bonfim Cantanhede FILHA<sup>2</sup>  
Harielle Lais Gomes Dourado SIMÃO<sup>3</sup>  
Thamyres Freitas FERNANDES<sup>3</sup>

### RESUMO

**Introdução:** As redes sociais evoluem de forma extraordinária, tornando assim o cotidiano no ambiente de trabalho mais entendível, prático e estratégico. Em contrapartida, agravou-se o problema de exposição e violação do direito à imagem do paciente/cliente (MARTORELL *et al.*, 2016). Diante da facilidade em fazer os registros de imagens do antes, durante e depois dos procedimentos, faz com que raramente seja recordada a necessidade de obter o consentimento prévio do cliente ou responsável (BATISTA *et al.*, 2012). No entanto, os aspectos bioéticos devem ser observados por toda a equipe envolvida nos atendimentos, pois sua exposição no momento de realizar os procedimentos estéticos é retratada como um momento de violação à sua privacidade (CAIRES *et al.*, 2015). **Objetivo:** Evidenciar a importância da Bioética na relação de confidencialidade entre o profissional e o paciente e abordar as repercussões que essa exposição traz para os envolvidos. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma revisão bibliográfica cujos dados foram apurados em artigos científicos selecionados nas bases eletrônicas de dados SciELO e Google acadêmico, utilizando os descritores: “redes sociais”, “privacidade”, “ética” e “clínica de estética”. **Resultados:** A bioética é primordial para que o profissional entenda e respeite o direito à imagem, construindo uma relação de confiança e responsabilidade com paciente, protegendo assim sua privacidade. A exposição nas mídias sociais sem sua autorização fere as leis fundamentais do direito à imagem e a do Marco Civil da Internet, trazendo consequências negativas tanto para o profissional, o cliente, bem como para a sociedade geral, de modo que além de possíveis repercussões legais também contribui para a estigmatização da sua condição, a desumanização e desestimula outros

<sup>1</sup> Acadêmica de Estética e Cosmética; Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão – IESMA/UNISULMA; E-mail: isadoraoliveira0494@gmail.com.

<sup>2</sup> Acadêmica de Estética e Cosmética; Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão – IESMA/UNISULMA.

<sup>3</sup> Docente do curso de Estética e Cosmética; Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão – IESMA/UNISULMA.

indivíduos a buscarem tratamento. **Conclusão:** O presente trabalho observou que a bioética é de suma importância na exposição de imagens dos pacientes, de modo que leva o profissional a ter um viés mais humanizado e responsável com a sociedade. Faz-se necessário um conselho de classe para orientação e fiscalização de padrões éticos, bem como uma maior atenção às ações que podem comprometer a dignidade dos mesmos. Cabe ressaltar a indispensabilidade de estudos futuros relacionados a essa temática, a fim de trazer maior compreensão dos motivos pelos quais muitos profissionais da área da saúde assumem comportamentos pouco éticos ao exporem indevidamente seus pacientes nas redes sociais.

**Palavras-chave:** Bioética; Direito à imagem; Exposição; Procedimentos estéticos; Redes sociais.

#### REFERÊNCIAS

BATISTA, Ruth Ester Assayag; CAMPANHARO, Cássia Regina Vancini; COHRS, Cibelli Rizzo. Ética e legalidade na era da imagem digital. **Acta Paul. Enferm.** 2012; 25(5): 1-2.

BR, Caires; MCBT, Lopes; MFP, Okuno; CR, Vancini-Campanharo; REA, Batista. Conhecimento dos profissionais de saúde sobre os direitos de imagem do paciente. **Einstein.** 2015; 13(2): 255-9.

MARTORELL, Leandro Brambilla; NASCIMENTO, Wanderson Flor do; GARRAFA, Volnei. Redes sociais, privacidade, confidencialidade e ética: a exposição de imagens de pacientes no facebook. **Interface.** (Botucatu). 2016; 20(56): 13-23.

## AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFISSIONAIS QUE TRABALHAM NOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (CAPS-AD)

Luysa dos Santos SANCHES<sup>1</sup>  
Jesana Valle Moreira de SÁ<sup>2</sup>  
Wiliane Freire PINHEIRO<sup>3</sup>  
Danila dos Santos de OLIVEIRA<sup>4</sup>  
Luciana do Socorro lima da SILVA<sup>5</sup>  
Lilian Natália Ferreira de LIMA<sup>6</sup>

### RESUMO

**Introdução:** A Reforma Psiquiátrica Brasileira foi umas das diretrizes que orientaram os atendimentos especializados ao paciente com transtornos mentais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), visto que foi possível a estruturação e expansão de atendimentos fora do âmbito hospitalar através de uma assistência multiprofissional privilegiando o cuidado humanizado e individualizado voltados para os pacientes portadores de transtorno decorrentes do uso de álcool e drogas, dos quais surgem os Centros de Atenção Psicossocial-Álcool e outras Drogas (CAPS-AD) que se constituem em serviços estratégicos que visa ofertar cuidado aos usuários pautado nos direitos humanos, autonomia, liberdade e acesso aos serviços com uma assistência integral considerando a sua singularidade e cidadania, de acordo com a portaria do nº. 336/2002 (GUEDES, Ariana da Cruz, et al., 2010; PIRES, Roberto Rocha C, et al, 2021;). Desse modo, conforme os estudos de Kolhs, et al (2019) e Pires e Santos (2021) evidenciam os problemas da equipe multiprofissional do CAPS-AD na realização da assistência ao usuário, uma vez que inclui a questão emocional; dificuldade no acolhimento; receio diante das crises dos usuários; e conflitos no ambiente de trabalho. **Objetivo:** Analisar e refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelos profissionais que trabalham no CAPS-AD. **Materiais e Métodos:** O método utilizado foi a revisão de literatura do tipo exploratória, com abordagem qualitativa, bibliográfica com a utilização de artigos encontrados nas plataformas relevantes, tais como Scielo, LILACS e Pubmed no período

<sup>1</sup> Discente; Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS; E-mail: luysasanches@gmail.com.

<sup>2</sup> Discente; Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS.

<sup>3</sup> Discente; Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS.

<sup>4</sup> Discente; Faculdade Carajás.

<sup>5</sup> Psicóloga; especialista em terapia cognitiva comportamental.

<sup>6</sup> Docente e mestre em ensino de ciências ambientais UFPA/UNITINS

de 2010 a 2021. **Resultados:** O CAPS-AD oferta assistência ao paciente com transtorno decorrente do uso de álcool e drogas, mas para que isso ocorra é essencial o trabalho da equipe multiprofissional, uma vez que a forma de trabalho reflete diretamente no atendimento realizado por esses profissionais. Assim, segundo o estudo de Kolhs, et al (2019) apresenta alguns obstáculos enfrentando pelo profissional que trabalha no CAPS-AD, sendo a questão emocional que pode ser o sentimento de fracasso, impotência e desânimo quando o resultado não corresponde aos esforços e investimentos esperado na assistência prestada aos seus pacientes, e além disso, as dificuldades do acolhimento, pois o público do CAPS-AD sofre preconceito que reflete no abandono do tratamento, e além do mais, o receio diante das crises dos usuários, já que são repleto de ofensas e agressividade. Logo, no artigo de Pires e Santos (2021) mostra os conflitos no ambiente de trabalho, pois tal divergência entre profissionais pode interferir negativamente nos percursos terapêuticos dos pacientes e prejudica a construção de vínculos e o aproveitamento das ofertas de cuidado, podendo resultar inclusive no abandono do tratamento. **Conclusão:** As dificuldades enfrentadas pela equipe multiprofissional dos Centros de Atenção Psicossocial- Álcool e outras Drogas (CAPS-AD) prejudica os resultados esperado na assistência prestada aos usuários portadores de transtorno decorrentes do uso de álcool e drogas, já que o ambiente de trabalho e as dificuldades refletem na assistência ao paciente (KOLHS, Marta, et al, 2019.).

**Palavras-chave:** CAPS-AD; Assistência Multiprofissional; Dificuldades dos Profissionais

#### REFERÊNCIAS

- GUEDES, Ariana da Cruz et al. A mudança nas práticas em saúde mental e a desinstitucionalização: uma revisão integrativa. **Rev. Eletr. Enf. [Internet]**, 2010;12(3):547-53. Disponível em: < <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/8198/7875>>. Acessado em: 01 Set. 2021.
- KOLHS, Marta; OLSCHOWSKY, Agnes; FERRAZ, Lucimare. Sofrimentos e defesas no trabalho em um serviço de saúde mental. **Revista Brasileira de Enfermagem [Internet]**. 2019;72(4):954-61. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/reben/a/9CZCN7yCyrGCjnSZxJfpGb/?lang=pt>>. Acessado em: 04 Set. 2021.
- PIRES, Roberto Rocha C; SANTOS, Maria Paula Gomes. Desafios do multiprofissionalismo para a redução de danos em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas. **Saúde Soc. São Paulo**, v.30, n.2, e200072, 2021. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/QfsqFfdSsXxVq3YMXt5YzVR/>>. Acessado em: 04 Set. 2021.

## SAÚDE VOCAL DE PROFESSORES: FATORES ASSOCIADOS A DISTÚRBIOS E CONDUTA RECOMENDADA

<sup>1</sup>Gabrielle Costa LEITE  
<sup>2</sup>Ellen Karolyne Lopes LIMA  
<sup>3</sup>Maria Gabriela Ferreira da SILVA  
<sup>4</sup>Raylane de Sousa MIRANDA  
<sup>5</sup>Jaisane Santos Melo LOBATO  
<sup>6</sup>Telma Melo da SILVA

### RESUMO

**Introdução:** No processo de ensino, a voz é o instrumento principal, pois configura o meio de comunicação do professor, tornando-se sua ferramenta de trabalho, que deve prioritariamente ser saudável, ocorrendo de maneira eficiente e sem esforço, a fim de que seja interessante e clara para que a atenção do aluno seja garantida (BATISTA; DE MATOS, 2016). As queixas relacionadas à voz mais comuns em professores são: fadiga vocal, perda da voz, dor em região de garganta e rouquidão. **Objetivo:** O objetivo do presente estudo foi investigar os fatores associados a incidência de distúrbios na voz de professores e listar as condutas recomendadas. **Materiais e Métodos:** Foi realizado um estudo de revisão bibliográfica do tipo integrativa, na base de dados SCIELO, através dos descritores qualidade da voz (voicequality), professor (teacher), educadores (educators) e distúrbios da voz (voicedisorders) nos últimos 6 anos. Dos 26 estudos que foram encontrados, apenas 3 foram selecionados para elaboração e construção desse estudo. **Resultados:** A categoria docente é uma das mais expostas a ambientes conflituosos e de alta exigência de trabalho, tais como tarefas extraclasse, reuniões e atividades adicionais. As patologias das pregas vocais são mais prevalentes em professores com mais de sete anos de docência, que trabalham em locais com ar condicionado e locais com pouca circulação de ar, outro fator associado seria também a grande quantidade de alunos dentro da sala e jornada cansativa do

<sup>1</sup>Acadêmica do curso de Bacharelado em Nutrição do Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (IESMA). *Email:* gabi\_net.leite@hotmail.com.

<sup>2</sup>Acadêmica do curso de Bacharelado em Nutrição do Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (IESMA).

<sup>3</sup>Acadêmica do curso de Bacharelado em Nutrição do Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (IESMA).

<sup>4</sup>Acadêmica do curso de Bacharelado em Nutrição do Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (IESMA).

<sup>5</sup>Graduada em Nutrição; Mestre em Doenças Tropicais. Docente do curso de Bacharelado em Nutrição do Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (IESMA).

<sup>6</sup>Graduada em Química Industrial; Mestre em Tecnologia dos Alimentos. Docente do curso de Bacharelado em Nutrição do Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (IESMA).

docente (MELO, 2018). Algumas condutas devem ser adotadas para evitar o surgimento de problemas vocais, sendo elas: ingestão de bastante líquido diariamente para se hidratar e principalmente antes e no momento da fala; prática de atividades físicas com frequência para melhoria das funções do organismo de forma geral; consumir alimentação leve, com nutrientes equilibrados, em intervalos de tempos menores, fazendo todas as refeições do dia (café da manhã, lanches, almoço e jantar); evitar refrigerantes ou sucos ácidos (maracujá, abacaxi, limão e outros), e se consumir, não ingerir em jejum, apenas seguidos das refeições); e comer maçãs diariamente porque possuem ação adstringente, melhorando a ressonância da voz (SIMÕES; KUPTY, 2015).

**Conclusão:** Diante do exposto fica evidente que a voz é um instrumento fundamental para o professor no exercício da sua profissão, e os problemas vocais são apontados como a principal causa dos afastamentos de trabalho entre os professores. Essa categoria profissional é uma das mais expostas à ambientes conflituosos, de alta demanda e exigência do trabalho tanto na sala de aula como extraclasse. Portanto, algumas práticas recomendadas seriam a atenção à ingestão de água; ter uma alimentação completa e balanceada; consumir diariamente maçãs, pelo seu poder adstringente; descansar a voz e, em casos mais graves, procurar um médico fonoaudiólogo.

**Palavras-chave:** Distúrbios da voz; Educadores; Saúde.

#### REFERÊNCIAS

BATISTA, Eraldo Carlos; DE MATOS, Luís Alberto L. O trabalho docente no ensino superior e a saúde vocal: um estudo de revisão bibliográfica. **Estação Científica (UNIFAP)**, UNIFAP, Amapá, v. 6, n. 2, p. 67-77, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/213>>. Acesso em: 07 maio 2021.

**MELO, Conceição de Maria A. Costa. Avaliação da saúde vocal de professores que atuam numa Faculdade Particular na Cidade de Imperatriz – MA.** 2018. 50 f. Dissertação (Mestrado em Educação para Saúde) – Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra.

SIMÕES, Adriana Rotger; KUPTY, Henry. J. Fatores que podem ocasionar distúrbio de voz causando o absentismo do professor. **Metropolitana de Relato Profissional - MRP**, São Paulo, Vol. 1 N. 2, P. 2-15, Jul/Dez. 2015. Disponível em <<https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/MRP/article/view/670>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

## DESIGUALDADE SOCIAL E SISTEMA TRIBUTÁRIO: A CAPACIDADE CONTRIBUTIVA COMO UM CAMINHO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

Alshiley Karyne Pereira da Silva<sup>1</sup>  
Lidiana Silva de Moraes<sup>2</sup>  
Shara Barros Alves Cezafar<sup>3</sup>  
Francine Adilia Rodante Ferrari Nabhan<sup>4</sup>

### RESUMO

**Introdução:** O mundo vem presenciando um aumento significativo da desigualdade social nos últimos tempos, tendo como causas diversos fatores, entre eles esta o fato do nosso sistema tributário ser regressivo, o que facilita a reprodução da desigualdade e dificulta a ascensão social dos mais pobres. Ter um sistema tributário regressivo significa que o foco está em tributos indiretos, ou seja, no consumo. Isso faz com que todos os contribuintes paguem o mesmo valor tributário, não respeitando assim, o princípio constitucional da capacidade contributiva, tal situação, faz com que a desigualdade social, torne-se cada vez maior no Brasil. Por tal motivo, o presente trabalho busca analisar a importância do sistema tributário como mecanismo de redução da alarmante desigualdade social que assola o Brasil. **Métodos:** Este trabalho será realizado por meio da pesquisa qualitativa, exploratória e documental. **Objetivo:** O presente trabalho tem por objetivo analisar o uso do sistema tributário como alternativa para combater a desigualdade socioeconômica presente no Brasil. Para tanto, verifica-se que a devida observância do princípio da capacidade contributiva viabiliza, simultaneamente, o desenvolvimento de um sistema tributário mais justo e a promoção da redistribuição de renda. **Resultados:** Através da análise da estrutura regressiva do nosso sistema tributário, verifica-se a utilização majoritária de tributos indiretos, os quais impedem a observância do princípio da capacidade contributiva, onde o Estado acaba por onerar em excesso os mais humildes e, conseqüentemente, dificulta a promoção de maior isonomia material entre as diversas classes socioeconômicas, perpetuando, desta forma, a concentração da maior parte da riqueza em uma pequena parcela da sociedade. Segundo Luciano Amaro, o princípio da capacidade contributiva é o instrumento jurídico responsável por equilibrar essa balança: “visa assegurar que quem tem maior riqueza pague, proporcionalmente, mais impostos do que quem tem menor riqueza.” Verifica-se, portanto, que o princípio da capacidade contributiva prevê que o Estado deve tributar conforme as possibilidades de cada contribuinte (capacidade econômica) buscando o atingir a “justiça fiscal” e assim

<sup>1</sup>Bacharel em direito, Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Direitos Fundamentais e Novos Direitos – UNISULMA -IESMA, E – mail: [alshileykaryne@gmail.com](mailto:alshileykaryne@gmail.com)

<sup>2</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Direito da UNISULMA - IESMA, Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Direitos Fundamentais e Novos Direitos – UNISULMA -IESMA E-mail: [idillamoraes@hotmail.com](mailto:idillamoraes@hotmail.com)

<sup>3</sup> Acadêmica do 7º período do curso de Direito da UNISULMA - IESMA, Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Direitos Fundamentais e Novos Direitos – UNISULMA - IESMA, E-mail: [sharacezafar@hotmail.com](mailto:sharacezafar@hotmail.com)

<sup>4</sup> Orientadora, Advogada, Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional (UNITAU), Especialista em Direito e Processo do Trabalho (UNITEC), Especialista em Direito Civil (UNISUL) Especialista em Direito Tributário (Faculdade Damásio). Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Direitos Fundamentais e Novos Direitos – UNISULMA -IESMA e ao Núcleo de pesquisas Jurídicas de Imperatriz – NUPEJI- UFMA. Professora do curso de graduação em Direito da UNISULMA - IESMA e da FACIMP. E-mail: [francinenabhan@hotmail.com](mailto:francinenabhan@hotmail.com)

diminuir a desigualdade social. Eduardo Moreira destaca que: “vivemos no país que possui a maior desigualdade social do mundo, com 1% mais rico concentrando a maior parcela do total da renda gerada. No Brasil, essa fatia é de quase 30% da renda total.” **Conclusão:** O sistema tributário adotado por um país reflete como uma espécie de espelho sua realidade econômica, e, por isso, nosso país sofre com o aumento da desigualdade social. É fato, que todos os países do mundo tributam, mas para se alcançar a verdadeira isonomia deve-se rever nosso sistema tributário regressivo. O fato é que para se atingir a justiça social, nosso sistema tributário tem que respeitar o fundamento do princípio da capacidade contributiva, pois só assim se alcançará uma sociedade mais justa e igualitária, que terá como consequência a diminuição da desigualdade social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Redistribuição; Desigualdade; Tributação; Justiça

#### REFERÊNCIAS

AMARO, Luciano. L. **Direito Tributário Brasileiro**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. *E-book*.

MACHADO. Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 40<sup>a</sup> ed. São Paulo: Malheiros Editora, 2019.

MOREIRA, Eduardo. **Desigualdade & caminhos para uma sociedade mais justa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

## AVALIAÇÃO DO TEOR DE SÓDIO INDICADO NO RÓTULO DE MACARRÕES INSTANTÂNEOS SABOR GALINHA

Mônica Pereira LIMA<sup>1</sup>  
Alana Feitosa da SILVA<sup>2</sup>  
Kelly Ribeiro da Silva PEREIRA<sup>3</sup>  
Raquel Guimarães dos SANTOS<sup>4</sup>  
Telma Melo SILVA<sup>5</sup>

### RESUMO:

**Introdução:** O macarrão instantâneo é um carboidrato industrializado muito utilizado na mesa dos brasileiros pela sua praticidade na hora do seu preparo e por ser de fácil acesso. Dentro da embalagem tem o seu tempero, onde se encontra maior parte do sódio. Sendo este um mineral encontrado naturalmente em alimentos, ele tem a função de manter o equilíbrio osmótico das nossas células e regular o volume de fluídos corporais como o sangue, além de atuar no funcionamento dos músculos e nervos. Entretanto, a sua ingestão excessiva é considerada um dos maiores fatores de risco para o desenvolvimento de DCNT como a hipertensão arterial e outras doenças cardiovasculares. A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que o consumo de sódio para a população adulta seja de até 2.000mg/dia, o que equivale a até 5 gramas de sal (BRASIL, 2017). **Objetivo:** Avaliar o teor de sódio de acordo com as leis e a utilização do macarrão instantâneo na alimentação e os riscos à saúde. **Materiais e métodos:** Foram analisadas quatro marcas de macarrão instantâneo sabor galinha, as embalagens foram adquiridas em agosto de 2021 em um supermercado de Imperatriz – MA e para análise dos rótulos foi feita uma lista. Segundo a Resolução - RDC Nº 259, de 20 de setembro de 2002, podem constar palavras ou frases adicionais, necessárias para evitar que o consumidor seja induzido a erro ou engano com respeito a natureza e condições físicas próprias do alimento, as quais devem estar junto ou próximas da denominação do alimento (tipo de cobertura, forma de apresentação, condição ou tipo de tratamento a que tenha sido submetido). A fim de regulamentar as informações gerais que devem estar contidas nos rótulos dos alimentos. **Resultados:** Os quatro macarrões instantâneos sabor galinha foram analisados, e entre os produtos, a marca A apresentou o maior teor de sódio que foi aproximadamente 1,552g. Na marca B foi encontrado 1,525g de concentração de sódio. Na marca C de 1,146g de sódio e a marca D 1,395g. Por meio das análises dos produtos é possível constatar que o tempero em pó (presente na embalagem) tem mais sódio que o valor total diário recomendado para o consumo. **Conclusão:** Houve conformidades quando comparadas com as normas da legislação brasileira. O teor de sódio encontrado na marca A mostra uma grande quantidade. O consumo excessivo de sódio nos macarrões instantâneos é um fator de risco para problemas cardíacos e hipertensão.

**Palavras-chave:** macarrão instantâneo; rotulagem; teor de sódio.

### REFERÊNCIAS:

- <sup>1</sup> Acadêmica do 2º período do Curso de Nutrição, da Unidade de Ensino Sul do Maranhão. E-mail: monicalimak@gmail.com
- <sup>2</sup> Acadêmica do 2º período do Curso de Nutrição, da Unidade de Ensino Sul do Maranhão.
- <sup>3</sup> Acadêmica do 2º período do Curso de Nutrição, da Unidade de Ensino Sul do Maranhão.
- <sup>4</sup> Acadêmica do 2º período do Curso de Nutrição, da Unidade de Ensino Sul do Maranhão.
- <sup>5</sup> Orientadora do trabalho. Docente no Curso de Nutrição, da Unidade de Ensino Sul do Maranhão.

Ministério da Saúde Agência Nacional de Vigilância Sanitária **RESOLUÇÃO-RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002** Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/rdc0259\\_20\\_09\\_2002.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/rdc0259_20_09_2002.html) Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. Saúde Brasil. **Por que a redução no consumo de sal traz benefícios para a nossa saúde?** 2017. Disponível em: <https://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-alimentar-melhor/consumo-excessivo-de-sodio-traz-muitos-riscos-a-saude#:~:text=Nesse%20sentido%2C%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial,at%C3%A9%205%20gramas%20de%20sal>. Acesso em: 22 ago. 2021.

## O PERFIL DIGITAL DOS ESTUDANTES DO 5º PERÍODO NOTURNO DO CURSO DE DIREITO DA UNISULMA

Deivid Matheus de Santana REIS<sup>1</sup>

Lidianne Kelly Nascimento Rodrigues de Aguiar LOPES<sup>2</sup>

### RESUMO

**Introdução:** Um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, notadamente o de número 4, assegura a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de garantir aprendizagem a todos. Ocorre que em 2011, a Comissão de Direitos Humanos da ONU produziu um Relatório considerando o acesso à internet como um direito humano. SILVA (2015, p. 151) destaca que em diversos países o acesso à internet vem sendo tratado como um serviço fundamental e instrumento viabilizador de direitos, bem como tornou-se uma ferramenta de suma importância para o desenvolvimento social e econômico. Ressalta ainda, que apesar do Brasil ter uma parcela significativa de usuários na internet, sofre de uma considerável lacuna de exclusão digital ocasionada, em sua maior parte, pelas políticas públicas de telecomunicações adotadas nos últimos dez anos. Para PAULA (2015, p. 276), a internet é um meio de exercício da cidadania, oferecendo a possibilidade de fiscalização digital das contas públicas por parte da população até a capacidade de convocar milhões de pessoas às ruas. Devido a suspensão das aulas presenciais com o advento da pandemia de COVID-19, houve a migração forçada para os meios digitais afim de que não cessassem as atividades escolares. As secretarias de educação, de forma improvisada, planejaram-se para ofertar o ensino remoto através de plataformas on-line, vídeo-aula gravadas e compartilhamento de materiais digitais. Medidas que segundo o Conselho Nacional de Educação – CNE, seriam para mitigar os impactos da pandemia na educação, acabaram escancarando a desigualdade no acesso à internet, bem como, demonstrando as fragilidades do sistema educacional brasileiro e a ineficiência das políticas de conectividade estudantil. O projeto educacional implementado não garantiu a qualidade, o direito e a igualdade de acesso à educação a todos. No Brasil, uma pesquisa realizada pelo IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, com objetivo de verificar o acesso à internet residencial dos estudantes, demonstrou que entre dezembro de 2020 a março de 2021, a desigualdade no acesso à internet afetava cerca de 47 milhões de brasileiros e, destes, cerca de 6 milhões são alunos, sendo 4,2 milhões da educação básica. Partindo desses

<sup>1</sup>Graduando em Direito; IESMA/UNISULMA; E-mail: deividmatheussantana@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora e Mestre em Direito (ESTÁCIO/RJ); Coordenadora do Curso de Direito – IESMA/UNISULMA; E-mail: lidianne.lopes@unisulma.edu.br

dados, o presente resumo pretende responder à seguinte pergunta: como se falar em educação inclusiva se mesmo no ensino superior particular, ainda há universitários com acesso limitado à internet? **Objetivo:** A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o perfil digital dos estudantes do 5º período noturno do curso de Direito da Unisulma. **Materiais e Métodos:** A partir das medidas de distanciamento social imposto pelos Estados e Municípios como medida de contenção da propagação do novo Coronavírus, em fevereiro de 2020 o ensino no Instituto de Ensino do Sul do Maranhão – IESMA/UNISULMA foi ofertado na modalidade remota, estendendo-se até junho de 2021. A fim de conhecer os desafios enfrentados pelos alunos do 5º período noturno do Curso de Direito da Unisulma, aplicou-se uma entrevista semiestruturada, através da plataforma digital Google Forms. Ao todo foram 20 respostas, de um universo de 39 alunos matriculados. As respostas apontam para algumas dificuldades encontradas. **Resultados:** Dos alunos que responderam ao questionário, verificou-se que 50% possuem aparelho celular e 50% possuem computador na sua residência, sendo que 20% adquiriram algum recurso tecnológico com a alteração das aulas para a modalidade remota. 10% relataram que possuem internet móvel e os demais, 90% banda larga. Dentre as dificuldades em relação ao ensino remoto, 95% relataram falta de concentração. **Conclusão:** Com a aplicação do questionário, verificou-se que 10% dos alunos assistiam às aulas utilizando internet móvel e a principal dificuldade de aprendizado decorreu da falta de concentração (95%), notadamente por não terem espaço adequado para estudos, usando o quarto (90%) que é espaço destinado ao descanso. Outra dificuldade encontrada foi a exclusão, (45%) responderam que se sentiram excluídos quando as aulas estavam na modalidade remota. Desta forma, conclui-se que apesar de terem acesso à internet a pandemia impactou na manutenção das relações interpessoais, demonstrando que o ensino remoto não contribui para a manutenção das relações pessoais e desenvolvimento de habilidades profissionais.

**Palavras-chave:** Direito; Educação; Ensino remoto; Exclusão digital;

#### REFERÊNCIAS

- PAULA, Victor Augusto Lima de. Globalização, Direito, Internet: constatações e perspectivas. **Revista Jurídica-UNICURITIBA**, Curitiba/PR, v. 1, n. 38, p. 260 a 279, 2015.
- SILVA, Sivaldo Pereira da. Políticas de Acesso à Internet no Brasil: indicadores, características e obstáculos. **Cadernos Adanauer**, vol. XVI, n. 3, p. 151 a 171, 2015.

IDEC- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Acesso à internet residencial dos estudantes. 2021.

Disponível em: [https://idec.org.br/arquivos/pesquisas-acesso-internet/idec\\_pesquisa-acesso-internet\\_acesso-a-internet-residencial-dos-estudantes.pdf](https://idec.org.br/arquivos/pesquisas-acesso-internet/idec_pesquisa-acesso-internet_acesso-a-internet-residencial-dos-estudantes.pdf) Acesso em: 28 de agosto de 2021

## O TRABALHO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR E AS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE

Sonia Magna de Souza MATIAS<sup>1</sup>  
Carolina Aranha COLELLA<sup>1</sup>  
Eliane Viana LEMOS<sup>1</sup>  
Iury Lima  
RODRIGUES<sup>1</sup>  
Paulo MENIS<sup>2</sup>  
Telma Melo da SILVA<sup>2</sup>

### RESUMO

**Introdução:** O trabalho é uma atividade humana sistematizada que confere um propósito à vida e funciona como um meio de realização pessoal e social, agregando valor e proporcionando sentido à existência do indivíduo. O volume desse trabalho, o ambiente, a qualidade de vida, são variáveis que influenciam diretamente no desempenho do trabalhador e afetam significativamente a sua saúde física, mental e sua atuação profissional (MORSOLETTO, 2015). Nas últimas décadas, ocorreram profundas alterações estruturais na organização da educação que causaram o aumento das jornadas de trabalho do docente, elevação na instabilidade do emprego, redução significativa da remuneração, acúmulo de funções, mudanças no estilo de vida, dentre outros fatores que contribuíram negativamente para a deterioração da saúde e da qualidade de vida desses profissionais (SANCHEZ, 2018). **Objetivo:** Analisar a qualidade de vida e da saúde dos profissionais de educação do ensino superior. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada através de levantamento de artigos nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), SciELO e Portal de periódicos eletrônicos do Centro Universitário do Triângulo (UNITRI), compreendendo o recorte temporal entre os anos de 2008 a 2018. Os descritores utilizados como busca consideram a qualidade de vida do professor de ensino superior, as jornadas de trabalho extensas, a saúde do profissional de educação superior, a precarização do trabalho do educador e adotado como critério de exclusão os artigos e demais trabalhos em desacordo com a proposta e incluídos aqueles aderentes ao tema. **Resultados:** No levantamento realizado constatou-se que o estilo de vida de grande parte dos docentes vem se modificando ao longo do tempo na medida em que novos comportamentos alimentares foram se instalando, como a redução do tempo destinado às refeições, a piora da qualidade nutricional e também a escolha dos locais das refeições, o que gerou um impacto na saúde e na qualidade de vida desses profissionais. **Conclusão:** A sobrecarga de trabalho imposta pela função do professor universitário gera grande impacto na saúde desse profissional, levando a um esgotamento físico e psicológico, afetando sua produtividade, a qualidade do serviço e principalmente a sua saúde, desencadeando distúrbios que muitas vezes torna-se necessário o uso de medicamentos.

**Palavras-Chave:** Extensas jornadas docentes, Precarização do trabalho, Qualidade de vida do professor.

### REFERÊNCIAS

MAGALHAIS, Lílian CB, et al. Biblioteca virtual em saúde. **Indicadores da qualidade de vida no trabalho entre docentes de curso de graduação em enfermagem.** 2008. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-522542>. Acessado em 12/05/2021.

MORSOLETTO, Regina Helena Cappeloza, OLIVEIRA, Leandra Lima. **Os hábitos alimentares de docentes universitários de diferentes áreas de atuação do centro universitário do triângulo – UNITRI.** 2015. Disponível em: <http://www.computacao.unitri.edu.br/erac/index.php/e-rac/article/view/632> Acessado em 12/05/2021.

<sup>1</sup>Discentes do curso de bacharelado em Nutrição da Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão; E-mail: soniamagna2@hotmail.com;

<sup>2</sup>Docentes do curso de bacharelado em Nutrição da Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão; E-mails: telmamelos22@gmail.com

SANCHEZ, Hugo Machado et al. Universidade Federal do Goiás – Curso de Fisioterapia. 2018. **Impacto da saúde na qualidade de vida e trabalho de docentes universitários de diferentes áreas de conhecimento.** Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232019001104111&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232019001104111&script=sci_arttext). Acessado em 12/05/2021.

## O EFEITO DO PILATES NA QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS: REVISÃO DE LITERATURA

Lohanna Silva CARVALHO<sup>1</sup>  
Maria Isabela Alves de Almeida SILVA<sup>2</sup>  
Ana Letícia Gomes BARBOSA<sup>2</sup>  
Hellyangela Bertalha BLASCOVICH<sup>3</sup>

### RESUMO

**Introdução:** O método de Pilates consiste em exercícios físicos cuja característica principal é o trabalho resistido e o alongamento dinâmico, com a respiração e respeitando os seguintes princípios: controle, precisão, centralização, fluidez de movimento, concentração e respiração. Estudos prévios mostram que o Pilates é capaz de aprimorar a capacidade de execução das atividades de vida diária, marcha, flexibilidade, estabilidade postural e equilíbrio dinâmico. Além dos benefícios, os protocolos de exercício em idosos também têm influenciado na qualidade de vida e na manutenção da capacidade funcional, gera impacto positivo na autonomia dos idosos, que pode ser percebida no desempenho das atividades de vida diária. **Objetivo:** Verificar os efeitos da prática do método pilates na qualidade de vida de indivíduos idosos. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. A questão norteadora do estudo foi delineada a partir da estratégia PICO em que a população (P) foi de idosos (>60 anos de idade), a intervenção (I) interesse ou variável independente foi o método Pilates, a contexto (C) ou variável dependente foi a qualidade de vida. Desta forma, os descritores utilizados foram: Método Pilates; Idosos; Qualidade de vida. As buscas foram realizadas nas seguintes bases de dados: Scielo, PubMed e Pedro. Como critérios de inclusão adotou-se: estudos originais, publicados nas línguas inglesa e no português, publicados entre os anos de 2011 a 2021. Os critérios de exclusão foram estudos duplicados, incompletos e que não abordavam sobre o método em idosos. **Resultados:** Foram incluídos seis estudos. O ano de publicação variou de 2014 a 2019, e a amostra de 13 a 44 idosos participantes, com idade mínima 64 e máxima de 71 anos, sendo na sua grande maioria do sexo feminino. A intervenção variou de 10 a 27 sessões de Pilates, com duração média de 50 minutos, com frequência de 2 a 3 vezes por semana. Os resultados demonstraram que o método promoveu melhora significativa nos níveis de flexibilidade, agilidade, resistência aeróbia, cognição, nível de dor, capacidade funcional, função pulmonar e força muscular respiratória, na satisfação dos idosos em relação à saúde; na disposição para a realização das tarefas do dia-a-dia. Tendo estes, relação direta com a qualidade vida, logo está também apresentou melhora significativa. **Conclusão:** O método Pilates é uma estratégia eficaz para melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa, através da melhora da capacidade funcional destes.

**Palavras-chave:** Método Pilates; Idoso; Qualidade de vida.

### REFERÊNCIAS

- GALISTEU, K.J. et al. Qualidade de Vida de idosos de um grupo de convivência com a mensuração da escala de Flanagan. *Arquivos de Ciências da Saúde*, São José do Rio Preto, v. 13, n. 4, p. 209-214, out./dez. 2006.
- KAESLER DS, MELLINFONT RB, SWETE K, TAAFFE DR. A novel balance exercise program for postural stability in older adults: a pilot study. *J Bodyw Mov Ther*. 2007;11(1):37-43.
- SEKENDIZ AB, ALTUNA O, KORKUSUZA B, AKINB S. Effects of Pilates exercise on trunk strength, endurance and flexibility in sedentary adult females. *J Bodyw Mov Ther*. 2007;11(4):318-26. Disponível em: [https://www.academia.edu/6659727/Effects\\_of\\_Pilates\\_exercise\\_on\\_trunk\\_strength\\_endurance\\_and\\_flexibility\\_in\\_sedentary\\_adult\\_females](https://www.academia.edu/6659727/Effects_of_Pilates_exercise_on_trunk_strength_endurance_and_flexibility_in_sedentary_adult_females)

<sup>1</sup> Discente do curso de Fisioterapia; Unidade de ensino Superior do sul do maranhão/UNISULMA; E-mail: lohannasilvacarvalho@gmail.com

<sup>2</sup> Discente do curso de Fisioterapia; Unidade de ensino Superior do sul do maranhão/UNISULMA;

<sup>3</sup> Professor orientador, docente do curso de Fisioterapia; Unidade de ensino Superior do sul do maranhão/UNISULMA;

## TOXICIDADE DOS PARABENOS ENCONTRADOS EM COSMÉTICOS UTILIZADOS PELOS ADOLESCENTES

Marcia Andrea Leite GONÇALVES<sup>1</sup>;

Raiele de Oliveira VALE<sup>2</sup>;

Raylane Ferreira da SILVA<sup>2</sup>;

Wânica de Sousa SILVA<sup>2</sup>;

Marcia Guelma S. BELFORT<sup>3</sup>;

Telma Melo da SILVA<sup>4</sup>.

### RESUMO

**Introdução:** Produtos cosméticos são preparações constituídas por substâncias naturais ou sintéticas, de uso externo no corpo humano, com o objetivo de limpar, perfumar, alterar sua aparência, corrigir odores corporais, proteger ou manter em bom estado. De certa forma, os produtos cosméticos geralmente não são associados com sérios danos à saúde, porém, isto não quer dizer que estes sejam sempre seguros, especialmente considerando os efeitos a longo prazo (Sousa, Vagner A et al, 2019). Dentre as várias substâncias que fazem parte da composição dos cosméticos, estudos apontam que os parabenos podem desencadear câncer em pessoas predispostas e provocar distúrbio hormonal em crianças e adolescentes. A grande discussão gerada pelos possíveis efeitos estrogênicos causados pelo parabenos traz maior preocupação quando se remete à utilização de cosméticos infantis. A maior susceptibilidade do público infantil à exposição a produtos químicos durante os períodos de desenvolvimento embrionário, fetal, infantil e crescimento, pode resultar em um efeito negativo permanente e até mudanças sutis podem levar a déficit funcional importante (HOPE e PAIS, 2017).

**Objetivo:** Levantar estudos que apresentem a toxicidade dos cosméticos e as consequências do uso contínuo em adolescentes. **Materiais e Métodos:** Este estudo tem carácter de pesquisa bibliográfica, onde foi colhido informações nas bases de dados Medline, Scielo, Pubmed, Science Direct e ANVISA, revistas científicas publicados em língua portuguesa e inglesa, entre os anos de 2017 e 2019, onde usou-se os descritores: cosméticos, toxicidade, parabeno, desregulador endócrino, correspondendo ao inglês cosmetics, toxicity, paraben, endocrine disruptor. Como critério de inclusão foi visto o tema e ano de publicação, e como critério de exclusão publicações com mais de 5 anos, sendo utilizado para a elaboração um artigo e duas publicações.

**Resultado:** A leitura do material nos apresenta dados que relatam que os parabenos, os quais são usados como conservantes na composição química dos cosméticos e produtos de higiene pessoal, demonstram exibir propriedades de desregulação endócrina. Estudos que relacionam o uso de parabenos como um interferente endócrino apresentam fatos que comprovam sua estrogenicidade, que podem estar presentes em concentrações cujos efeitos podem ser comparados aos níveis de estrogênio endógeno. Tal fato é motivo de preocupação já que o potencial estrogênico quando exposto desde a infância é influenciado pela alta exposição a parabenos e pode afetar tanto o sistema reprodutor feminino das meninas, aumentando o risco de puberdade precoce, como o sistema reprodutor masculino, aumentando o risco de maturação incompleta masculina (HOPPE e PAIS, 2017). **Conclusão:** Desta forma, baseando-se na literatura encontrada, verifica-se que o uso de cosméticos no dia a dia nos leva a um efeito cumulativo de alguns de seus componentes químicos, no caso em questão o parabeno, que é um desruptor endócrino, e que vem levando adolescentes a desenvolver uma puberdade precoce e em alguns casos câncer de mama, apesar dos rótulos dos cosméticos afirmarem que tais produtos não causam riscos à saúde. Desta forma, faz-se necessário uma ação educativa, de alerta, que alcance

<sup>1</sup>Acadêmica de Estética e Cosmética da Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão – UNISULMA/IESMA, e-mail: maleig@icloud.com;

<sup>2</sup>Acadêmica de Estética e Cosmética da Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão – UNISULMA/IESMA;

<sup>3</sup>Mestre em Patologia das Doenças Tropicais, docente do Curso de Estética e Cosmética da Unidade Superior do Sul do Maranhão – UNISULMA/IESMA;

<sup>4</sup>Mestre em Tecnologia de Alimentos, docente do Curso de Estética e Cosmética da Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão – UNISULMA/IESMA.

os usuários de forma geral, orientando como efetuar a leitura dos rótulos dos cosméticos para assim saber como usá-los ou não usá-los, e seus possíveis efeitos adversos com seu uso.

**Palavras-Chave:** Cosméticos, Desregulador Endócrino, Parabeno, Toxicidade.

#### REFERÊNCIAS:

HOPPE, Ana C.; PAIS Mariana, C. N. Avaliação da toxidade de parabenos em cosméticos. **Revinter**, v 10, n 3(2017)

HARLEY, Kim G. et al Association of phthalates, parabens and phenols found in personal care products with pubertal timing in girls and boys, **Human Reproduction**, v 34, n1(2019)

SOUSA, Vagner A. et al. Toxicologia dos cosméticos: Avaliação dos riscos que os produtos capilares trazem à saúde. **Visão Acadêmica**, v. 20, n 4(2019).

## CARACTERÍSTICAS DO CONSUMO ALIMENTAR DE DOCENTES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Elisangela Maria Silva SAMPAIO<sup>1</sup>  
Brenda Cristiele Rosa FRANCO<sup>2</sup>  
Jessica Brito SOUSA<sup>2</sup>  
Jéssica Vieira Vellozo OLIVEIRA<sup>2</sup>  
Radyja Danielle Dias SANTOS<sup>2</sup>  
Telma Melo da SILVA<sup>3</sup>

### RESUMO

**Introdução:** A alimentação é o fator primordial no cotidiano do ser humano, não só por ser uma necessidade básica, mas também porque se tornou um problema de saúde pública, pois o excesso ou a falta de alimentos podem levar a doenças como diabetes, hipertensão, obesidade, desnutrição e outros. (GALLINA, 2013). As necessidades nutricionais diárias de uma pessoa devem ser suficientes em quantidade e qualidade para fornecer todos os nutrientes necessários. Uma dieta balanceada deve fornecer água, carboidratos, proteínas, gorduras, vitaminas, fibras e minerais. No entanto, é importante notar que nenhum alimento específico ou um único conjunto de alimentos é suficiente para fornecer todos os nutrientes necessários para uma boa alimentação (PAIVA, 2014). O profissional docente, com o seu ritmo de trabalho corrido, carga horária irregular, sobrecarga e altos níveis de estresse, acaba impossibilitado de realizar refeições saudáveis e termina optando por alimentos mais rápidos, os ditos “fast food”, que além de gerar problemas nutricionais, afetam diretamente na qualidade de vida do indivíduo. **Objetivo:** Identificar os hábitos alimentares de docentes. **Material e Métodos:** O presente estudo é uma revisão bibliográfica, elaborado através de informações coletadas a partir de artigos publicados em revistas científicas, com base de dados eletrônicas da SciELO, e site de busca google acadêmico, os descritores usados na pesquisa foram: “docente”, “hábitos alimentares”, “saúde”. **Resultados:** A partir da pesquisa foi constatado que o consumo alimentar dos docentes pode ser caracterizado com as seguintes problemáticas: falta de tempo, que ocasiona uma alimentação escassa de nutrientes e com fracionamentos desregulados das refeições; alto consumo de fazendo com que os professores sejam impossibilitados de sentar à mesa no horário de almoço, fazendo suas refeições, a indisponibilidade de alimentos saudáveis e o hábito de não trazer comida de casa para o trabalho durante o dia. **Conclusão:** Os hábitos alimentares dos docentes são prejudicados muitas vezes pela falta de tempo de realizar as refeições no horário correto, levando em consideração a quantidade e qualidade dos alimentos para suprir com suas necessidades nutricionais diárias. Dessa forma, é necessário a importância de promover ações educativas com esses profissionais com o intuito de orientar sobre a importância de ter uma alimentação saudável, pelos seus vários benefícios, tais como o bem-estar pessoal, social, profissional e físico.

**Palavras-chave:** Docentes; Hábitos Alimentares; Saúde

### REFERÊNCIAS

GALLINA, Luciana Souza et al. Hábito alimentar: importante elemento para a promoção da saúde no ambiente escolar. *Rev SimbioLogias*. 2013;6(9):105-16.)

PAIVA, Márcia Regina de Sousa Amoroso Quedinho. A importância da alimentação saudável. Disponível em: <[www.medicinanet.com.br/m/conteúdos/revisoes/3149/a](http://www.medicinanet.com.br/m/conteúdos/revisoes/3149/a) > Acesso em: 20 de agosto de 2020.

<sup>1</sup>Discente do Curso de Nutrição da UNISULMA/IESMA; E-mail: elisangelas.sampaio21@gmail.com

<sup>2</sup>Discentes do Curso de Nutrição da UNISULMA/IESMA.

<sup>3</sup>Mestre em Tecnologia de Alimentos; Docente do Curso de Nutrição do IESMA/UNISULMA.

## “EU MORRO OU EU VIVO, RESPIREI FUNDO E DECIDI VIVER”: RELATOS DE MULHERES FRENTE AO DIAGNÓSTICO POSITIVO PARA HIV/AIDS

Cianny Ximenes Rodrigues SILVA<sup>1</sup>

Hugo Lima SILVA<sup>1</sup>

Francisco Dimitre Rodrigo Pereira SANTOS<sup>2</sup>

Marcia Guelma Santos BELFORT<sup>3</sup>

Leila Rute Oliveira Gurgel do AMARAL<sup>4</sup>

Adriana Gomes Nogueira FERREIRA<sup>5</sup>

### RESUMO

**Introdução:** Atualmente o perfil epidemiológico da infecção pelo *Human Immunodeficiency Virus*-HIV, curva-se para mulheres monogâmicas, onde na maioria das vezes é resultando de relações extraconjugais do parceiro, ademais, o diagnóstico destas mulheres ocorre, em sua maioria, somente após o óbito do companheiro (BRANDÃO et al., 2019). No momento do recebimento do diagnóstico positivo para o HIV/Aids, o medo se torna um sentimento presente, não somente da morte, mas também do preconceito, e o de não receber apoio social (MELO et al., 2017). **Objetivo:** Identificar as reações e sentimentos das mulheres ao receber o diagnóstico positivo para o HIV/Aids. **Materiais e Métodos:** Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, no qual realizou-se uma entrevista com oito mulheres selecionadas por conveniência durante as reuniões do grupo de adesão, consultas médicas e de enfermagem; durante junho a setembro de 2015 no Serviço de Assistência Especializada no atendimento a paciente com HIV/Aids, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins, sob parecer 105/2014. Foram incluídas, mulheres diagnosticadas com HIV/Aids há mais de um ano em uso de antirretrovirais, idade superior a 18 anos e que não apresentaram alterações neurológicas. Os dados foram tratados por meio da técnica de análise de conteúdo. Inicialmente foi realizada a pré-análise, após essa etapa, os dados foram organizados em unidade de registro, que surgiram as unidades de contexto, identificadas a partir das palavras homogêneas, a partir da pertinência dos temas emergiram as categorias de análises sendo, o descobrimento da soropositividade e reações e sentimentos da descoberta do resultado positivo para o HIV. **Resultados:** A paciente 3 cita a Aids como “[...] maldição [...]”, correlacionando o HIV/Aids como um castigo, algo merecido por desrespeito a moral, as pacientes 1 e 6 também se referiram ao fato de serem diagnosticadas com HIV como um castigo merecido. 7 das participantes descobriram o resultado positivo em exames de rotina, a paciente 4 que solicitou o exame, e relata “Eu já desconfiava que estivesse doente porque eu sentia muita fraqueza”, outras relataram que provavelmente contraíram do marido (Paciente 4 e 1), e que já manifestavam a perda de peso característica (Paciente 6). As pacientes 1 e 8 desejavam viver mais, com o objetivo de cuidar da saúde e aderir o tratamento, “[...] Eu pensei, eu tenho duas saídas: ou eu morro ou eu vivo, respirei fundo e decidi viver [...]” (Paciente 1). A paciente 6 apresentou momentos de choro e reflexões em casa, mas aceitou o diagnóstico e aderiu o tratamento. Algumas das entrevistadas já suspeitavam do diagnóstico aceitaram com mais facilidade a nova realidade. Desejos suicidas também foram mencionados (pacientes 7 e 4), outra reação foi a de negação, relatada pela paciente 3, que não acreditou no diagnóstico. As entrevistadas 1 e 2 mencionaram o medo de morrer, que a patologia diminuísse o tempo de vida destas, debilitando-as. **Conclusão:** Receber o diagnóstico de uma doença crônica é sempre um impacto na vida do paciente, principalmente quando se trata do HIV/AIDS em mulheres, fazem com que estas sintam e reajam de maneiras diferentes. É importante conhecer as reações e sentimentos das mulheres no momento do

<sup>1</sup> Discentes do Curso de Enfermagem; Bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Tocantins; E-mail: ciannyximenes@unitins.br.

<sup>2</sup> Mestre em Ciências da Saúde; Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão-Unisulma e Universidade Estadual do Tocantins-Unitins.

<sup>3</sup> Mestre em Patologia das Doenças Tropicais; Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão-Unisulma e Universidade Estadual do Tocantins-Unitins.

<sup>4</sup> Pós-Doutora em Psicologia; Universidade Federal do Tocantins-UFT.

<sup>5</sup> Doutora em Enfermagem; Universidade Federal do Maranhão-UFMA.

diagnóstico, para que a equipe multiprofissional possa oferecer o suporte para com os sentimentos presentes em consequência da confirmação da soropositividade.

**Palavras-chave:** HIV, Diagnóstico de Infecção por HIV, Emoções.

#### REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Brígida Maria Gonçalves de Melo, et al. Representações sociais de idosos soropositivos acerca do hiv/aids. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, n. 5, p. 1349-1355, Set. 2019.

MELO, Elizabete Santos, et al. Mecanismos de enfrentamento utilizados por mulheres vivendo com HIV/aids. **Revista Cubana de Enfermería**, 2017, v. 33, n. 3, Abr. 2017.

LOBO, Ana Luiza de Souza Faria, et al. Representações sociais de mulheres frente a descoberta do diagnóstico do HIV. **Revista de Pesquisa, Cuidado é Fundamental Online**. v. 10, n. 2, p. 334-342, Jun. 2018.

## MICROAGULHAMENTO CAPILAR E OS CUIDADOS COM A BIOSSEGURANÇA

Geiziane CUNHA<sup>1</sup>  
Angela Maria DIAS<sup>2</sup>  
Aline Monteiro MAIA<sup>2</sup>  
Telma Melo da SILVA<sup>3</sup>  
Thamyres Freitas FERNANDES<sup>3</sup>  
Glaudineia Gonçalves SANTOS<sup>3</sup>

### RESUMO

**Introdução:** O Microagulhamento é um procedimento que consiste na perfuração do couro cabeludo, estimulando a produção de elastina e colágeno, através de um pequeno cilindro com agulhas metálicas de 0.2 cm a 5mm (FAISSAL; BRANDÃO, 2021). Durante o procedimento as agulhas causam lesões na pele, podendo romper os vasos sanguíneos finos, provocando sangramento (BORGES; SCORZA, 2016). O profissional pode ainda se machucar com as agulhas, ocasionando o rompimento da pele, podendo ocorrer a contaminação cruzada por vírus, bactérias e fungos caso o profissional não esteja com as medidas de segurança adequadas, pondo em risco tanto a sua vida, quanto a do cliente/paciente. **Objetivo:** Descrever as medidas de biossegurança que devem ser adotadas no procedimento de microagulhamento capilar. **Materiais e Métodos:** Realizou-se uma revisão bibliográfica com pesquisa em livros e artigos pesquisados na base de dados SciELO e Google Acadêmico dos anos de 2016 a 2021, foram usados os descritores “microagulhamento”, “biossegurança”, “alopecia”. **Resultados:** A técnica de microagulhamento está associada a riscos iminentes de contaminação por micro-organismo, durante a realização do procedimento devem ser adotadas medidas de segurança adequadas para evitar a contaminação cruzada por vírus, bactérias e fungos, preservando a integridade do paciente/profissional e do ambiente. Para tanto é necessário adotar as medidas de segurança como: limpeza do couro cabeludo e assepsia das mãos dos clientes, tendo em conta que o cliente/paciente pode vir a tocar o local do procedimento, podendo se contaminar; utilização adequada dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), tais como luvas, toucas e máscaras; realizar a assepsia das mãos antes e depois de colocar as luvas e retirá-las somente quando concluir o procedimento; realização da limpeza e desinfecção dos equipamentos que serão utilizados (cubetas, mesa auxiliar, cosméticos); as agulhas e roller devem ser descartáveis e nunca podem ser reutilizados em outros pacientes; o armazenamento e o descarte dos materiais utilizado devem ser feitos adequadamente para que não haja contaminação do ambiente, assim como a higiene pessoal e organização do ambiente de trabalho (OLIVEIRA *et al.*, 2014). **Conclusão:** As medidas de biossegurança são devidamente esclarecidas e são de extrema importância para garantir a segurança durante a realização do procedimento. Entretanto, vale destacar a necessidade de novos estudos que possam esclarecer e definir todas as medidas de biossegurança cabíveis para a realização do microagulhamento capilar.

**Palavras-chave:** Agulhamento seco; Contenção de Riscos Biológicos.

### REFERÊNCIAS

- BORGES, Fábio dos Santos; SCORZA, Flávia Acedo. **Terapêutica em estética: conceitos e técnicas**, 1º ed. Editora Phorte; 2016.
- FAISSAL, Nayara Marques; BRANDÃO, Bryon José Figueiredo. **Microagulhamento em couro cabeludo: um tratamento para alopecia androgenética**. BWS Journal, v. 4, p. 1-11, 2021.

<sup>1</sup> Discente do Curso de Estética e Cosmética; Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão/Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão; E-mail: geiziane.cunha@hotmail.com.

<sup>2</sup> Discente do Curso de Estética e Cosmética; Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão/Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão.

<sup>3</sup> Docente do Curso de Estética e Cosmética; Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão/Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão.

OLIVEIRA, Lourenço de et al. **Curso Didático de Estética**, 2ªed, Yendis, v 1, 2014.

## ANÁLISE BIOÉTICA DA EXPOSIÇÃO DE IMAGEM EM REDES SOCIAIS DOS PACIENTES SUBMETIDOS A PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS

Isadora Oliveira de ALENCAR<sup>1</sup>  
Denilza da Silva OLIVEIRA<sup>2</sup>  
Karla de Lisieux Oliveira RIBEIRO<sup>2</sup>  
Raimunda Bonfim Cantanhede FILHA<sup>2</sup>  
Harielle Lais Gomes Dourado SIMÃO<sup>3</sup>  
Thamyres Freitas FERNANDES<sup>3</sup>

### RESUMO

**Introdução:** As redes sociais evoluem de forma extraordinária, tornando assim o cotidiano no ambiente de trabalho mais entendível, prático e estratégico. Em contrapartida, agravou-se o problema de exposição e violação do direito à imagem do paciente/cliente (MARTORELL *et al.*, 2016). Diante da facilidade em fazer os registros de imagens do antes, durante e depois dos procedimentos, faz com que raramente seja recordada a necessidade de obter o consentimento prévio do cliente ou responsável (BATISTA *et al.*, 2012). No entanto, os aspectos bioéticos devem ser observados por toda a equipe envolvida nos atendimentos, pois sua exposição no momento de realizar os procedimentos estéticos é retratada como um momento de violação à sua privacidade (CAIRES *et al.*, 2015). **Objetivo:** Evidenciar a importância da Bioética na relação de confidencialidade entre o profissional e o paciente e abordar as repercussões que essa exposição traz para os envolvidos. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma revisão bibliográfica cujos dados foram apurados em artigos científicos selecionados nas bases eletrônicas de dados SciELO e Google acadêmico, utilizando os descritores: “redes sociais”, “privacidade”, “ética” e “clínica de estética”. **Resultados:** A bioética é primordial para que o profissional entenda e respeite o direito à imagem, construindo uma relação de confiança e responsabilidade com paciente, protegendo assim sua privacidade. A exposição nas mídias sociais sem sua autorização fere as leis fundamentais do direito à imagem e a do Marco Civil da Internet, trazendo consequências negativas tanto para o profissional, o cliente, bem como para a sociedade geral, de modo que além de possíveis repercussões legais também contribui para a estigmatização da sua condição, a desumanização e desestimula outros indivíduos a buscarem tratamento. **Conclusão:** O presente trabalho observou que a bioética é de suma importância na exposição de imagens dos pacientes, de modo que leva o profissional a ter um viés mais humanizado e responsável com a sociedade. Faz-se necessário um conselho de classe para orientação e fiscalização de padrões éticos, bem como uma maior atenção às ações que podem comprometer a dignidade dos mesmos. Cabe ressaltar a indispensabilidade de estudos futuros relacionados a essa temática, a fim de trazer maior compreensão dos motivos pelos quais muitos profissionais da área da saúde assumem comportamentos pouco éticos ao exporem indevidamente seus pacientes nas redes sociais.

**Palavras-chave:** Bioética; Direito à imagem; Exposição; Procedimentos estéticos; Redes sociais.

### REFERÊNCIAS

BATISTA, Ruth Ester Assayag; CAMPANHARO, Cássia Regina Vancini; COHRS, Cibelli Rizzo. Ética e legalidade na era da imagem digital. *Acta Paul. Enferm.* 2012; 25(5): 1-2.

<sup>1</sup>Acadêmica de Estética e Cosmética; Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão – IESMA/UNISULMA; *E-mail:* isadoraoliveira0494@gmail.com.

<sup>2</sup>Acadêmica de Estética e Cosmética; Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão – IESMA/UNISULMA.

<sup>3</sup>Docente do curso de Estética e Cosmética; Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão – IESMA/UNISULMA.

BR, Caires; MCBT, Lopes; MFP, Okuno; CR, Vancini-Campanharo; REA, Batista. Conhecimento dos profissionais de saúde sobre os direitos de imagem do paciente. **Einstein**. 2015; 13(2): 255-9.

MARTORELL, Leandro Brambilla; NASCIMENTO, Wanderson Flor do; GARRAFA, Volnei. Redes sociais, privacidade, confidencialidade e ética: a exposição de imagens de pacientes no facebook. **Interface**.(Botucatu). 2016; 20(56): 13-23.

## CÂNCER DE COLO DE ÚTERO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: ADMISSÃO, TEMPO DE INTERNAÇÃO E DESFECHO

Maria Isabela Alves de Almeida SILVA<sup>1</sup>  
Ana Letícia Gomes BARBOSA<sup>2</sup>  
Lohanna Silva CARVALHO<sup>3</sup>  
Marciene de Sousa Cavalcante COSTA<sup>4</sup>  
Hellyangela Bertalha BLASCOVICH<sup>5</sup>

### RESUMO

**Introdução:** No ranking das causas de câncer na população feminina do Brasil, o câncer do colo do útero se encontra na terceira posição, ficando atrás apenas do câncer de mama e do câncer colorretal. Em relação à população mundial, o câncer do colo do útero é o quarto mais incidente na população feminina e também é o quarto no que se refere à mortalidade. As áreas com menores níveis de desenvolvimento possuem as maiores taxas de incidência. A imensa maioria dos casos de câncer do colo do útero está relacionada com a infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV). A infecção por esse vírus é a mais frequente infecção sexualmente transmissível no mundo, e a maioria da população sexualmente ativa terá contato com o agente em algum momento da vida. A prevenção primária consiste na diminuição do contágio do HPV pelo uso de preservativos e pela vacinação. A prevenção secundária tem como estratégia o rastreamento e o diagnóstico precoce, medidas fundamentais para que a chance de cura seja completa nas fases iniciais. As internações Hospitalares no SUS por câncer de colo de Útero demandam investimentos de milhões. **Objetivo:** Conhecer causa de admissão, tempo de internação e desfecho de pacientes com diagnóstico de câncer de colo de útero em Unidade de Terapia Intensiva (UTI). **Materiais e Métodos:** Trata-se de um estudo quantitativo por meio de estudo documental descritivo transversal com base em prontuários de pacientes com diagnóstico de câncer de colo de útero, admitidos em UTI de uma Unidade de Alta Complexidade Oncológica (UNACON) do interior do Maranhão. Nesse estudo foram incluídos prontuários de pacientes com diagnóstico de câncer de colo de útero admitidos no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019, e foram excluídos prontuários com dados incompletos. Este estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos sob CAAE: 31938320.6.0000.5084. **Resultados:** A amostra foi composta por 7 pacientes, onde 7 (100%) eram do sexo feminino. A média da idade foi de 49,3 (DP=11,5) anos. Já o tempo de internação, teve média de 6,8 (DP=6,6) dias. As principais causas da admissão foram o rebaixamento do nível de consciência com desconforto respiratório (57,1%) e a insuficiência respiratória aguda (28,6%). Em relação ao desfecho dos pacientes, 6 (85,7%) evoluíram para óbito e apenas 1 (14,3%) recebeu alta da UTI. **Conclusão:** O presente estudo destaca os sintomas respiratórios como fator de admissão de pacientes com câncer de colo de útero em UTI, e a alta taxa de mortalidade destes pacientes. Assim, recomendamos a realização de novos estudos, com maior tamanho amostral para uma melhor compreensão sobre perfil de pacientes com câncer de colo de útero em UTI, a fim de delinear a assistência a estes.

**Palavras-chave:** Neoplasias De Colo do Útero; Tempo de Internação; Unidades de Terapia Intensiva.

### REFERÊNCIAS

TALLON, Blenda et al. Tendências da mortalidade por câncer de colo no Brasil em 5 anos (2012-2016). *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 44, n.125, p. 362-371, 2020.

<sup>1</sup>Discente do Curso de Bacharelado em Fisioterapia, Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão; E-mail: (mariaisabelaalmeida15@gmail.com)

<sup>2</sup>Discente do Curso de Bacharelado em Fisioterapia, Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão

<sup>3</sup>Discente do Curso de Bacharelado em Fisioterapia, Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão

<sup>4</sup>Docente do Curso de Bacharelado em Fisioterapia, Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão

<sup>5</sup>Docente do Curso de Bacharelado em Fisioterapia, Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão

## A INFLUÊNCIA DO SOLO E DO CICLO DA CULTIVAR NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO DO SORGO GRANÍFERO PARA O MUNICÍPIO DE ARAGUATINS - TO

Marcos Felipe Oliveira SOUSA<sup>1</sup>  
Cianny Ximenes Rodrigues SILVA<sup>2</sup>  
Leonardo Corrêa da SILVA<sup>3</sup>

### RESUMO

**Introdução:** O sorgo é uma forrageira potencialmente resistente à desidratação graças ao seu sistema radicular fibroso e às características de uma planta xerófito, que viabilizam a redução de perda de água para o ambiente. Seu cultivo é crescente no país devido, majoritariamente, ao alto potencial de produção de grãos e matéria seca desta cultura, além de apresentar deslumbrante capacidade de suportar estresses ambientais. Sendo assim, a cultura do sorgo tem sido uma ótima alternativa para produção de grãos e forragem, mesmo em situações de déficit hídrico e condições de baixa fertilidade dos solos que ofereçam maiores riscos para outras culturas. **Objetivo:** Este trabalho objetivou explicar a importância do solo e sua influência na definição do zoneamento agrícola de risco climático (ZARC) para a cultura do sorgo granífero no município de Araguatins, localizada no norte do estado do Tocantins. **Materiais e Métodos:** Para a obtenção dos dados relacionados à pesquisa utilizou-se a plataforma *Scientific Electronic Library Online* e as portarias/informações disponibilizadas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Nestes, foi feita a busca pelas palavras-chave zoneamento agrícola, sorgo granífero e Tocantins. **Resultados:** De acordo com as pesquisas feitas, a definição do ZARC é fundamentada no material genético e nos fatores ambientais. As cultivares são divididas em três grupos de acordo com o ciclo, ou seja, o tempo da emergência à maturação fisiológica. O grupo I é composto por cultivares de até 110 dias; o Grupo II entre 110 e 130 dias; e o Grupo III acima de 130 dias. O solo é classificado quanto a textura em argiloso, média e arenoso. A interação entre estes dois fatores, solo e Grupo da cultivar, proporciona a definição da aptidão da região estudada para a implantação da cultura, atrelado também aos índices pluviométricos e meteorológicos (EMBRAPA, 2015). Baseado no ZARC do município de Araguatins fornecido pelo MAPA (2021), em solos de textura arenosa o Grupo I tem melhor potencial produtivo quando cultivado de 21 de janeiro a 20 de março e também de 21 de novembro a 20 de dezembro. Já em solos de textura média e argilosa esses intervalos são maiores, sendo de 21 de janeiro a 31 de março e 01 de novembro a 20 de dezembro. O cultivo das cultivares do Grupo II em solos arenosos é recomendado de 01 de janeiro até 10 de março. Em solos de textura média e argilosa, 1 de janeiro até 20 de março. A recomendação do Grupo III em solos arenosos vai de 11 de dezembro a 20 de fevereiro. Para solos de textura média, de 01 a 10 de novembro e de 11 de dezembro até 28 de fevereiro. Em solos argilosos o cultivo é recomendado entre 01 e 10 de novembro e de 11 de dezembro a 10 de março. **Conclusão:** Para um mesmo tipo de solo, quanto menor o ciclo da cultivar, maior a janela de plantio, já que ele exige água por um período menor de tempo quando comparado com outro mais tardio. Já para um mesmo grupo de cultivar, quanto mais argiloso o solo, maior sua capacidade de reter água e, assim, oferece também uma maior janela para o plantio. O predomínio de solos de textura média a arenosa em Araguatins deve servir de alerta para os agricultores locais na definição da melhor época de plantio de acordo com o grupo da cultivar plantada.

**Palavras-chave:** Classificação do solo; Maturação fisiológica; Período de plantio; Potencial produtivo.

<sup>1</sup>Discente; Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia do Tocantins; E-mail: marcosfelipeoliveira233@gmail.com.

<sup>2</sup>Discente; Universidade Estadual do Tocantins.

<sup>3</sup>Docente; Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia do Tocantins.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Secretaria de Política Agrícola**. Portaria nº 259, de 6 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/programa-nacional-de-zoneamento-agricola-de-risco-climatico/portarias/safra-vigente/tocantins/word/PORTN259SORGOGGRANIFEROTO.ret.pdf>. Acesso em: 04 de setembro de 2021.

DA SILVA, Davi Francisco et al. Características morfológicas, melhoramento genético e densidade de plantio das culturas do sorgo e do milho: uma revisão. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e12310313172-e12310313172, 2021.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Cultivo do sorgo. 2015. Disponível em: <[https://www.spo.cnptia.embrapa.br/conteudo?p\\_p\\_id=conteudoportlet\\_WAR\\_sistemasdeproducaolf6\\_1ga1ceportlet&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column-1&p\\_p\\_col\\_count=1&p\\_r\\_p\\_-76293187\\_sistemaProducaoId=8301&p\\_r\\_p\\_-996514994\\_topicoId=9201](https://www.spo.cnptia.embrapa.br/conteudo?p_p_id=conteudoportlet_WAR_sistemasdeproducaolf6_1ga1ceportlet&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=1&p_r_p_-76293187_sistemaProducaoId=8301&p_r_p_-996514994_topicoId=9201)>.

## O TRABALHO INFANTIL COMO PRECURSOR DO TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO

Larissa Gomes PINHEIRO<sup>1</sup>  
Clóvis Marques DIAS<sup>2</sup>

### RESUMO

**Introdução:** Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho e do Fundo das Nações Unidas para a Infância, cerca de 160 milhões de crianças, entre 5 a 17 anos, foram submetidas ao trabalho infantil no mundo no ano de 2020. A saber, o ano de 2021 foi instituído pela Organização das Nações Unidas como o Ano Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil, iniciando-se neste uma contagem regressiva para que até o ano de 2025 cumpra-se uma das metas estabelecidas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, qual seja: “erradicar o trabalho em condições análogas às de escravo, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil”. Contudo, até o presente momento não se vê a implementação de políticas públicas que visem à consolidação dessas metas. Nesse ponto, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe em seu artigo 4º que a proteção às crianças e adolescentes é dever não somente da família e do Estado, mas da sociedade em geral, ressaltando-se, ainda, que deve ser exercida com absoluta prioridade. **Objetivo:** O presente trabalho objetiva analisar a relação entre a problemática do trabalho infantil e o crime de trabalho análogo à escravidão. **Materiais e Métodos:** Para tanto, utilizando-se pesquisa bibliográfica e análise documental, a partir de abordagem dedutiva e qualitativa. **Resultados:** Através de contato com a obra “Precisão”, documentário produzido pela OIT e pelo MPT, observou-se que todos os trabalhadores entrevistados que foram resgatados em situações análogas às de escravo possuíam histórico de trabalho infantil, acarretados pela situação de extrema pobreza e vulnerabilidade familiar vivenciadas em suas infâncias. O ciclo se repete da seguinte forma: a pobreza e desigualdade social, atrelada à desestruturação familiar, leva à uma situação de vulnerabilidade, que corrobora para o trabalho infantil. Por sua vez, o trabalho infantil leva ao baixo rendimento na escola, à evasão escolar e ao analfabetismo, que posteriormente gera uma exclusão desse adulto do mercado de trabalho e da sociedade, fazendo com que ele recorra a meios informais para conseguir sua subsistência. Assim, ao receber propostas de trabalho em outras localidades, ainda que de cunho duvidosas, esses trabalhadores aceitam em razão da *precisão*, e ao chegarem lá são submetidos a situações degradantes e desumanas. Em consonância com isso, quanto a escolaridade dos trabalhadores resgatados nessas situações, o documentário aponta que 31% deles são analfabetos, 39% estudaram até o 5º ano e 16% estudaram do 6º ao 9º anos. **Conclusão:** Destarte, é evidente que a erradicação do trabalho infantil é primordial para que se possa exterminar o trabalho análogo à escravidão, vez que um surge como extensão do outro dado um ciclo vicioso do qual alguém em situação de vulnerabilidade dificilmente consegue se libertar, cabendo à família, à escola, ao poder público e à sociedade em geral encontrar meios para pôr fim a esse ciclo. É necessário que o combate ao trabalho infantil comece desde já para que nossas crianças e adolescentes não se tornem adultos imersos no trabalho escravo contemporâneo.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Trabalho infantil; Trabalho escravo

### REFERÊNCIAS

BACELAR, Juliano. Human Rights Contens, 2019. 1 vídeo (43min). Precisão. Publicado pelo canal **Internacional Labour Organization**, 2019. Disponível em You Tube: [https://www.youtube.com/watch?v=IGK\\_m8VKNsM](https://www.youtube.com/watch?v=IGK_m8VKNsM). Acesso em: 5 ago 2021.

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Direito da Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão; E-mail: gomes.p.larissa@gmail.com

<sup>2</sup>Mestre em Formação Docente em Práticas Educativas pela Universidade Federal do Maranhão

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF**, 16 jul. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266)>. Acesso em: 06 ago 2021.

CRIANÇA LIVRE DE TRABALHO INFANTIL. Estatísticas, 2020. **Apresenta dados sobre o trabalho infantil no mundo**. Disponível em: <<https://livredetrabalhoinfantil.org.br/trabalho-infantil/estatisticas/>>. Acesso em: 07 ago 2021.

## A RELEVÂNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO EM IDOSOS SARCOPÊNICOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Ana Letícia Gomes BARBOSA<sup>1</sup>  
Arlete Mendes DE OLIVEIRA<sup>2</sup>  
Gustavo Neves GURGEL<sup>2</sup>  
Maria Isabela Alves de Almeida SILVA<sup>2</sup>  
Lohanna Silva CARVALHO<sup>2</sup>  
Hellyangela Bertalha BLASCOVICH<sup>3</sup>

### RESUMO

**Introdução:** A sarcopenia é uma das comorbidades mais presentes no envelhecimento, sendo definida como decréscimo da capacidade neuromuscular, consequentemente responsável por possíveis problemas na marcha e no equilíbrio do indivíduo, aumentando o risco de quedas e fraturas. Idosos fisicamente independentes e que participam de programas de exercício físico, principalmente em comunidades, são mais ativos nas atividades de vida diária e possuem melhor capacidade funcional, maior força de membros inferiores, agilidade e equilíbrio estático. A sarcopenia, independentemente da idade e outras variáveis clínicas, está associada com risco aumentado de morte, hospitalização e necessidade de cuidados de longa duração. **Objetivo:** O objetivo deste estudo foi investigar por meio de revisão da literatura a relevância do exercício físico em idosos sarcopênicos. **Materiais e métodos:** Este estudo trata-se de uma revisão integrativa, realizada através das bases de dados eletrônicas Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Pubmed. Os critérios de inclusão foram: artigos científicos publicados nos últimos 10 anos; publicado em língua portuguesa e inglesa; população-alvo composta por indivíduos, de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos; e que abordassem o tema proposto. Como critérios de exclusão foram adotados: estudos incompletos ou duplicados. **Resultados:** Foram selecionados cinco estudos, sendo classificados nos seguintes tipos: ensaio clínico randomizado (2), experimental (1), longitudinal (1) e revisão bibliográfica integrativa (2). As amostras dos estudos variaram de 13 a 144 participantes. Os estudos avaliaram a força de preensão palmar, velocidade normal da marcha e desempenho físico. E utilizaram densitometria por raios x de dupla energia (DXA) e Short *Physical Performance Balance* (SPPB) para avaliação, respectiva, da densidade mineral óssea e a massa magra e desempenho físico. Os resultados demonstraram que uma intervenção de exercício poderia melhorar significativamente algumas medidas de resultado relacionadas à sarcopenia, como força de preensão, massa muscular e desempenho físico. **Conclusão:** A literatura que os exercícios físicos são importante para indivíduos sarcopênicos, pois atenuam a progressão desta condição, através do ganho de massa, força muscular e desempenho físico. A literatura indica que os exercícios físicos mistos de aeróbica e de fortalecimento muscular, proporcionam melhora na sarcopenia, quando realizado de forma conjunta, ao invés da realização de forma isolada.

**Palavras-chave:** Sarcopenia; Envelhecimento; Idoso; Atividade física

### REFERÊNCIAS

BARBOSA, et al., . Prevalence of sarcopenia among community-dwelling elderly of a medium-sized South American city: results of the study. *J Cachexia Sarcopenia Muscle*. v.27, n. 2, p. 136-43, 2016.  
HERNANDES, N. A. et al. Physical activity in daily life in physically independent elderly participating in

<sup>1</sup> Discente do curso de Fisioterapia; Unidade de ensino Superior do sul do maranhão/UNISULMA; E-mail: ana.leticia.b@hotmail.com.

<sup>2</sup> Discente do curso de Fisioterapia; Unidade de ensino Superior do sul do maranhão/UNISULMA;

<sup>3</sup> Professor orientador, docente do curso de Fisioterapia; Unidade de ensino Superior do sul do maranhão/UNISULMA;

community-based exercise program. **Brazili J of Physic Therapy**. v.17, n.1, p. 57-63, 2013.  
UNICOVSKY, MAR. Idoso com sarcopenia: uma abordagem do cuidado da enfermeira. **Rev. bras. enferm.** v. 57, n. 3, p. 298-302,2004.

## O TRIBUTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Fernanda Maria Cardoso PASSOS<sup>1</sup>;  
Ruthiely Araújo SANTANA<sup>2</sup>;  
Gabriela Guimarães NERES<sup>3</sup>;  
Saymon Sthevano Figueiredo RODRIGUES<sup>4</sup>;  
Wanalla MARTINS<sup>5</sup>;  
Francine Adilia Rodante Ferrari NABHAN<sup>6</sup>

### RESUMO

**Introdução:** No Brasil, o direito tributário é o conjunto de normas que regulam a arrecadação e fiscalização do tributo e sua relação estatal. No entanto, o tributo não está relacionado a apenas essa noção de finanças públicas, orçamento e cobrança, este, por sua vez atua também na realização e efetivação de políticas públicas. Nesse sentido, o tributo é a principal fonte de recursos para atender as diversas necessidades da coletividade.

**Objetivo:** Considerando essa perspectiva, a pesquisa tem como objetivo compreender e analisar a utilização do tributo para sanar problemas sociais, independente da capacidade contributiva do cidadão. Para tanto, formulou-se o seguinte problema: Como o tributo está sendo utilizado para sanar problemas sociais? O objetivo geral é: Compreender como o Tributo influencia na efetivação de direitos humanos e sociais. **A metodologia:** A metodologia utilizada foi à pesquisa qualitativa, com nível descritivo exploratório e análise bibliográfica feita a partir do ordenamento jurídico brasileiro. **Resultados:** Assim, a Constituição de 1988, considerando o princípio da capacidade contributiva, recomenda que a contribuição tributária seja equitativa, de forma que, quem ganhe mais contribua mais, para garantir aos que contribuem menos o acesso aos direitos sociais, para que haja a concretude de justiça. Diante disso, a destinação de alíquotas para contextos sociais mais carentes, possibilita por meio de políticas públicas ações intergovernamentais que devolve os direitos sociais a todos os integrantes da sociedade. Dito isso, conclui-se que, o Estado democrático de Direito, que resguarda e preza por direitos fundamentais e sociais, necessariamente, deve reconhecer a função do Tributo em duas vertentes, a fiscal e a extrafiscal, a primeira busca apenas a arrecadação estatal para o custeio de despesas públicas, a segunda, visa regular comportamentos sociais. **Conclusão:** Pode-se afirmar que as políticas públicas são meios que surgem com a finalidade de efetivar direitos fundamentais, justificada pela existência de direitos sociais, graças a função Estatal de coordenar ações públicas, garantindo o mínimo existencial aos cidadãos. Nesse passo, a função social do tributo, deve levar em conta a capacidade contributiva de cada indivíduo quanto a arrecadação, zelando pelas necessidades básicas da população, priorizando a saúde, alimentação, moradia, educação, tendo como base a distribuição do que é arrecadado, através de políticas públicas tendo-se em vista seu caráter social.

**Palavras-chave:** Princípios; Tributação; Capacidade Contributiva.

<sup>1</sup> Aluna Especial da disciplina de Metodologia da Investigação Social do Curso de Mestrado de Sociologia-UFMA. Pós-Graduanda em Gestão Municipal -UFMA, Pós-Graduanda em Direito Previdenciário-LEGALE. Graduada em Direito na Faculdade de Imperatriz-FACIMP. Advogada. Advogada do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da Faculdade FACIMP. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Jurídicas de Imperatriz (NUPEJI) na linha de pesquisa: "O Tributo como Instrumento de Concretização de Direitos Sociais. E-mail: fernandamaria1505@hotmail.com

<sup>2</sup> Acadêmica de Direito na Faculdade FEST. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Jurídicas de Imperatriz (NUPEJI).

<sup>3</sup> Acadêmica de Direito na Faculdade FACIMP. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Jurídicas de Imperatriz (NUPEJI). E - mail: gaby.guimaraes10@hotmail.com

<sup>4</sup> Acadêmico do 8º período de Direito na Faculdade FACIMP. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Jurídicas de Imperatriz (NUPEJI).

<sup>5</sup> Acadêmica do 6º período de Direito na Faculdade FEST. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Jurídicas de Imperatriz (NUPEJI).

<sup>6</sup> Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional (UNITAU). Especialista em Direito Civil (UNISUL), Especialista em Direito e Processo do Trabalho (UNITEC), Pós-Graduanda em Direito Tributário (Damásio). Professora do curso de graduação em Direito da FACIMP e da UNISULMA-IESMA. Pesquisadora e Orientadora do Núcleo de Pesquisas Jurídicas de Imperatriz (NUPEJI) responsável pela linha de pesquisa: "O Tributo como Instrumento de Concretização de Direitos Sociais. E-mail: francinenabhan@hotmail.com

#### REFERÊNCIAS

BRECHO, Renato Lopes. **Lições de Direito Tributário**. 3ª Edição, São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. **Código Tributário Nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm). Acesso em: 07 set. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 05 set. 2021.

## POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE AREZ - RN

Dany Geraldo KRAMER<sup>1</sup>  
Emanuelle Cristine Moraes CAMELO<sup>2</sup>  
Letícia Sousa OLIVEIRA<sup>3</sup>  
Francisco Claudivan Da SILVA<sup>4</sup>

### RESUMO

**Introdução** A Política Nacional de Humanização (PNH) busca implementar os princípios do SUS no dia – dia do serviço de saúde. A humanização e o acolhimento são importantes nos processos de trabalho em saúde, pois possibilitam o estabelecimento de uma relação concreta e de confiança entre o usuário e o profissional ou a equipe, estando diretamente conduzida pelos princípios do SUS. Buscando-se assim, valorizar usuários, gestores e trabalhadores da saúde, tornar o atendimento, o ambiente e as relações de trabalhos humanizadas. Assim, ações de extensão, voltadas a qualificação de profissionais da saúde nesta temática são justificadas, favorecendo a implementação da humanização em seus locais de trabalho oportunizando uma maior autonomia, a ampliação da capacidade de transformar a realidade em que vivem por meio da responsabilidade compartilhada, da criação de vínculos solidários e da participação coletiva. **Objetivo:** Descrever um relato de experiência sobre intervenção com a temática humanização e o acolhimento para profissionais de saúde na cidade de Arez – RN. **Materiais e Métodos:** Trata-se de um relato de experiência de abordagem sobre a humanização do SUS na cidade de Arez – RN, para 30 profissionais de saúde, incluindo-se agentes comunitários de saúde, técnicos, recepcionistas e profissionais de nível superior. A atividade foi dividida em dois momentos, a primeira envolveu apresentação expositiva dialogada, sobre humanização no serviço e as maneiras para melhorar as ações no trabalho e no atendimento aos usuários. No segundo momento, ocorreu uma oficina, com grupos divididos em quatro componentes, devendo-se indicar um problema e sugestão para sua solução. **Resultados** Observou-se uma integração importante dos profissionais na atividade proposta, sendo relatados problemas de abordagem à usuários com distúrbios mentais, portadores de deficiência física, pacientes com diabetes e hipertensão para mudança de hábitos. Problemas de agressões verbais dos usuários aos servidores, principalmente recepcionista e por fim problemas estruturais. Para as questões voltadas ao acolhimento de pacientes com as comorbidades supracitadas, foi levantada a necessidade de intervenções multiprofissionais, suportes assistenciais envolvendo os familiares dos usuários, buscando-se conscientizá-los sobre a importância dos cuidados adequados a estes pacientes. Acerca os problemas de agressões verbais sofridas pelos trabalhadores da saúde, foram apontadas a importância de melhor esclarecimento e orientação da população, efetivando-se a comunicação, buscando-se conscientizá-los acerca da importância da empatia e relação de respeito usuário – trabalhador. Relativo a melhoria estrutural, apontou-se a importância de comunicação entre trabalhador e gestão, buscando-se através de decisões conjuntas, soluções para a problemática, através de elaboração de projetos de melhorias. **Conclusão:** Concluiu-se que a presente ação contribuiu para uma reflexão conjunta da equipe de saúde, sendo importante a formação permanente em PNH, de forma que favoreça a efetivação da humanização na prática, valorizando-se a inclusão de todos os sujeitos protagonistas dos cenários de saúde.

**Palavras-chave:** Humanização, Extensão, Arez - RN.

### REFERÊNCIAS

<sup>1</sup> Prof. Dr. Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família no Nordeste – RENASF. Departamento de Engenharia Têxtil. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. dgkcs@yahoo.com.br .

<sup>2</sup>Psicóloga. Especialista em Análise Bioenergética. Secretaria Municipal de Saúde de Natal – RN. Emaunellecristinecamelo2@gmail.com.

<sup>3</sup>Discente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. leticiasousa2@gmail.com.

<sup>4</sup>Prof. Dr. Departamento de Engenharia Têxtil. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BUSCH, I. M.; MORETTI, F.; TRAVAIN, G. Humanization of Care: Key Elements Identified by Patients, Caregivers, and Healthcare Providers. A Systematic Review. **Patient** 12, 461–474. 2019.

CELICH, K. L. S. HUMANIZAÇÃO NA SAÚDE: REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO POR MEIO DE AÇÕES EXTENSIONISTAS. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2019.

NICOLETTI DA MATA, T.; APARECIDA OLIVEIRA MORAES, A.; MORAES COLOMBO, C.; PACHECO, D.; CRISTINA GARCIA VILENA, K. Incentivo a humanização em uma unidade básica de saúde. **Perspectivas Experimentais e Clínicas, Inovações Biomédicas e Educação em Saúde (PECIBES)** ISSN - 2594-9888, v. 5, n. 2, p. 4, 27 maio 2020.